

A
Definição
do Cristianismo

Site da Ciência e da Fé Cristã

Visite o site do Professor John Lennox (JohnLennox.org), no qual você irá encontrar apresentações e debates em vídeo sobre o tema “Ciência e a Fé Cristã”.

A
Definição
do Cristianismo

David Gooding
&
John Lennox

A Verdade
2016

A Definição do Cristianismo

Originalmente publicado em 1992, como uma série de artigos no jornal russo *Literaturnaya Gazeta*.

Original em inglês: The Definition of Christianity,

Copyright © The Myrtlefield Trust, 1997.

Todos os direitos reservados.

Tradução em português: Copyright © The Myrtlefield Trust, 2014. Todos os direitos reservados.

Para outras publicações dos Professores Gooding e Lennox, por favor visite o site: www.keybibleconcepts.org

Os textos das referências bíblicas foram extraídos da versão Revista e Atualizada, da Sociedade Bíblica do Brasil.

Traduzido por Sabrina Lopes Furtado

Publicado em português com a devida autorização por:

A Verdade

www.editoraverdade.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G646d Gooding, David
A definição do cristianismo / David Gooding, John Lennox ; traduzido por Sabrina Lopes Furtado. -- Porto Alegre : Verdade, 2014.

124p. : 12,0 cm x 19 cm

ISBN 978-85-64006-20-1

1. Cristianismo -- Igreja. 2. Evangelho. 3. Filósofos. I. Lopes Furtado, Sabrina. II. Gooding David. III. Lennox, John. IV. Título.

CDU 27-14

Bibliotecária responsável: Raquel Moura Pohlmann CRB/10-2301

Sumário

1. A Verdadeira Revolução	7
2. A Definição Primária	17
3. O Defeito Fatal do Mundo	27
4. Um Choque de Cosmovisões	35
5. Martírio ou Fanatismo?.	43
6. Magia e o Evangelho.	51
7. O Verdadeiro Significado de Conversão.	59
8. O Verdadeiro Internacionalismo	67
9. A Luta contra a Opressão Religiosa.	77
10. A Inviolabilidade da Personalidade Humana. . .	87
11. Cristo entre os Filósofos	97
12. Cristianismo e o Direito do Livre Discurso.	107
<i>Estudo Adicional</i>	119

1

A Verdadeira Revolução

Certa vez, perguntaram ao famoso filósofo e estadista indiano, Mahatma Gandhi, por que ele não se juntou à igreja cristã. Ele respondeu: “Qual delas?” Inegavelmente, de um ponto de vista mundial, a cristandade moderna apresenta uma imagem muito imprecisa e causadora de confusão.

Isso acontece por uma série de motivos: primeiramente, no decurso da história, muitos acréscimos supersticiosos foram reunidos sobre o cristianismo como cracas no casco de um navio – por vezes, tantos, que ameaçavam afundar tudo sob o desdém de pessoas atentas.

O outro motivo é mais sério – afinal, um observador perspicaz pode facilmente distinguir um navio de uma craca! É muito mais difícil para aquele que está de fora distinguir o cristianismo original, histórico, dos diversos desenvolvimentos, na doutrina e na prática, que tomaram lugar na cristandade ao longo dos séculos. Isso é lamentável, pois eles geralmente

obscurcem os fatos básicos originais e imutáveis que constituem o âmago e a essência permanentes do cristianismo.

Afinal de contas, o cristianismo não é essencialmente um sistema de moralidade (como o confucionismo) que precisa ser adaptado ao padrão inconstante dos séculos ou, então, se tornar antiquado. Nem é um sistema de verdades filosóficas universais e abstratas, cuja validade é independente dos pensadores que as perceberam primeiro. Nem é como muitas das religiões pagãs eram: um sistema de rituais cuja efetividade depende de sua correta execução.

Como Paulo, porta-voz da igreja primitiva, assegurou, o cristianismo é a boa nova a respeito de uma pessoa histórica, Jesus Cristo de Nazaré, que, do lado humano, nasceu da descendência real de Davi e demonstrou ser Filho de Deus em poder por sua ressurreição dentre os mortos (Romanos 1:1-4). Jesus Cristo é em si próprio a boa nova: sua pessoa, sua vida – o que fez, ensinou e declarou – sua morte – o que ela realizou –, e sua ressurreição, que demonstraram que suas afirmações eram verdadeiras. Esses fatos históricos são o âmago do evangelho cristão, e o Novo Testamento é o registro deles e de suas implicações.

De todos os autores do Novo Testamento, o maior gênio literário e histórico é, indubitavelmente, Lucas, o autor do Evangelho que leva seu nome e do volume que o acompanha, o Atos dos Apóstolos. Renan, que teve pouca simpatia com os conteúdos do Evangelho de Lucas, descreveu-o como “o livro mais lindo do mundo”; e Atos, embora não no mesmo sentido belo, serve a um propósito único, não apenas no Novo

Testamento, como também no *corpus* da história mundial.

No Novo Testamento, descobrimos que outros três autores, juntamente com Lucas, nos contam sobre a vida, a morte e a ressurreição de Cristo. A maior parte do restante do Novo Testamento é composta de cartas escritas a vários grupos de cristãos. A partir delas, inferimos que, no tempo em que foram escritas, as igrejas cristãs multirraciais já haviam se estabelecido com notável rapidez não apenas na Palestina, onde Cristo viveu, mas por todo o mundo Mediterrâneo: na erudita Atenas; na brilhante, mas viciosa Corinto mercantilista; na elegante Éfeso; na primitiva Paflagônia e até mesmo na metrópole do império, a própria Roma.

A pergunta surge imediatamente: como isso tudo começou? Como surgiram essas igrejas? Lucas se propõe a responder a essa pergunta. Ele é quem nos conta como os apóstolos e os missionários cristãos passaram pelo mundo romano e pregaram o evangelho, e multidões, tanto de judeus como de gentios, ouvindo o evangelho, creram, encontraram salvação em Cristo e se constituíram em igrejas cristãs.

Porém, questões mais profundas se sugerem: quais eram os conteúdos desse evangelho? Obviamente, os primeiros cristãos não esperaram ter sua mensagem definida pelos imponentes credos dos séculos posteriores antes de poderem pregá-la. Nem as pessoas tiveram de esperar pelos desenvolvimentos doutrinários posteriores antes de poderem crer e encontrar a salvação por Jesus Cristo. Qual, então, era a mensagem que se provou tão eficaz nos primeiros anos do cristianismo?

Quais eram seus traços essenciais? Quem os definiu e como chegaram a ser definidos? É a essa última pergunta, acima de todas, que Lucas, o historiador, se propõe a responder.

Antes de observarmos como ele faz isso, devemos perceber o quão bem qualificado ele estava para essa tarefa. Em primeiro lugar, ele era um companheiro de viagem do apóstolo Paulo e testemunhou em primeira mão a formação de muitas igrejas e a pregação pela qual elas foram formadas.

Em segundo lugar, durante os dois anos em que Paulo esteve preso em Cesareia, Lucas foi capaz de usar a oportunidade para consultar os contemporâneos de Jesus Cristo e aprender os fatos básicos a partir de testemunhas oculares do ministério de nosso Senhor (assim ele nos diz no prefácio de seu Evangelho). É verdade que o trabalho de Lucas foi ferozmente criticado, mas pesquisas modernas demonstraram que, no que pode ser testado, ele prova ser um historiador confiável e preciso, como vemos no trabalho detalhado e documentado do Dr. Colin Hemer, *The Book of Acts in the Setting of Hellenistic History*.

No entanto, a genialidade de Lucas como historiador é vista, acima de tudo, no fato de que ele não tentou fazer uma crônica de cada detalhe de cada jornada feita e de cada sermão pregado pelos missionários cristãos. Naturalmente, ele estava interessado na expansão geográfica do cristianismo; veja os sumários com os quais ele conclui cada seção principal de sua obra, que, como o ressoar de sinos, proclamam a irresistível difusão da Palavra de Deus e a conseqüente multiplicação das igrejas cristãs. Porém, quando

examinamos sua seleção de material em cada uma dessas seções principais, podemos ver imediatamente que seu interesse primário repousa em outro lugar.

Tome, por exemplo, a primeira seção (Atos 1:1-6:7). Nela, Lucas descreve como os apóstolos, capacitados pelo Espírito Santo, estavam ocupados proclamando o fato incontrovertível da ressurreição de Jesus e enfatizando aos seus ouvintes sua inescapável implicação: Deus tornou esse Jesus, a quem vocês crucificaram, Senhor e Cristo, e a salvação e o perdão dos pecados são encontrados nele, e somente nele. Porém, então, uma crise ocorreu: o Sinédrio proibiu toda pregação no nome de Jesus.

O Sinédrio era, para o judaísmo normativo, a autoridade religiosa suprema; os apóstolos haviam sido criados no judaísmo, e o cristianismo havia nascido em seu meio. Desobedecer ao Sinédrio e desafiá-lo era um passo muito sério a dar, um passo carregado de todos os tipos de consequências.

Porém, obedecer ao Sinédrio seria impossível sem negar o puro âmago, a vida e a alma do cristianismo. Negar ou manter silêncio sobre a divindade e messiado do Senhor vivo teria sido desobediência a Deus, deslealdade a Cristo e à causa da salvação do homem. Um acordo era impossível. Sem hesitação, os apóstolos desobedeceram ao Sinédrio e o desafiaram; e o cristianismo deu seu primeiro passo para longe do judaísmo oficial.

Assim, com um grande senso de historiador sobre o que era verdadeiramente significativo e importante, Lucas nos mostra os apóstolos de nosso Senhor Jesus definindo, em todo o tempo, qual é a primeira maior

base indispensável do evangelho cristão.

Na segunda seção principal da obra (6:8-9:31), Estêvão, o primeiro mártir cristão, embora tivesse sido criado para honrar o templo judaico, começou a perceber que o sacrifício de Cristo na cruz, sua ressurreição e entrada no céu, carregavam implicações que, conseqüentemente, tornariam o templo obsoleto, juntamente com todo seu elaborado sistema de sacrifícios, rituais e sacerdócio. Por levar adiante essa visão e sustentá-la em discussão pública, sua vida foi levada a julgamento. Mas ele não fez nenhuma tentativa de retratar-se. Para ele, a compreensão cristã da nova forma do homem se aproximar de Deus, inaugurada por Cristo, era tão essencial ao evangelho que um acordo não era possível. Então, Estêvão morreu, e o cristianismo definiu outro elemento em sua mensagem essencial.

Na terceira seção (9:32-12:24), Lucas conta como o antigo conceito judaico de santidade ameaçava impedir que a mensagem cristã pulasse das fronteiras do judaísmo para o mundo gentílico, vastamente maior. Deus, por essa razão, teve de intervir, para ensinar ao apóstolo Pedro o quão diferente o cristianismo seria do judaísmo em que ele havia sido criado. A santidade externa e ritualista, baseada na estrita observância das leis alimentares e abluções religiosas, válida como era nos dias do Antigo Testamento, não era mais apropriada.

Para dizer a verdade, ela agora deveria ser deixada de lado. Desse momento em diante, a santidade seria alcançada por um relacionamento profundo, íntimo e pessoal com o Senhor vivo. A purificação da culpa

do pecado deveria ser transmitida pelo sangue de seu sacrifício substituinte, e o poder para se viver uma vida pura deveria ser suprido pelo Espírito Santo, que habita seu interior, concedido por Cristo a todos aqueles que, em pessoa, depositam nele sua fé.

O mesmo padrão se repete na quarta seção (12:25-16:5). No judaísmo, no qual os primeiros cristãos haviam sido educados, o rito iniciatório da circuncisão, normalmente realizado em bebês poucos dias após o nascimento, era considerado indispensável para tornar-se membro da nação santa e útil, se não necessário, para a salvação. Alguns cristãos inicialmente pensavam que esse rito ainda era necessário para a salvação; mas, em uma reunião dos apóstolos e anciãos chamados a Jerusalém para considerarem a questão, Pedro e Tiago pronunciaram a decisão oficial, impositiva e permanente: o rito religioso da circuncisão era desnecessário para a salvação e não contribuía em nada para ela, não apenas no caso dos gentios, mas para os judeus também. Seria impossível exagerar a importância do passo marcador de época que o cristianismo deu para longe do ritualismo do judaísmo daquele tempo.

Similarmente, na seção cinco (16:6-19:20), quando Paulo e seus companheiros finalmente chegaram à Macedônia e à Grécia, Lucas, por meio de uma criteriosa seleção de incidentes e discursos, mais uma vez nos mostra o cristianismo se definindo contra o segundo plano, agora não do judaísmo, mas do espiritismo, da política, da religião e da filosofia pagãos.

Finalmente, na última e maior seção do livro (19:21-28:31), a atmosfera do registro de Lucas é notavelmente

diferente, pois Paulo é encontrado aqui nem tanto pregando, mas defendendo, o evangelho em tribunais civis e religiosos do império. Porém, o padrão é o mesmo. De fato, enquanto Paulo defende tanto a si mesmo como o evangelho das alegações difamadoras que haviam sido feitas contra ambos, o registro de Lucas torna claro que Paulo e o evangelho não são o que as pessoas ignorantemente imaginavam ser, ou o que as pessoas maliciosamente representavam como sendo. Lucas, desse modo, continua a definir por meio do contraste o que o cristianismo realmente é.

O senso refinado de Lucas sobre o que era o cristianismo essencial pode ser muito esclarecedor para nós que vivemos neste século distante, pois, nos séculos que se seguiram, a cristandade frequentemente permitiu que sua mensagem se tornasse confusa com as políticas civis e filosofias contemporâneas. Para dizer a verdade, em alguns países, costumes pagãos foram inseridos na igreja; e, em nossos próprios dias, a obsessão pelo oculto e a fascinação por várias práticas de hinduísmo ameaçam invadir a igreja e levar a um sincretismo profano. Em países mais ricos, tem sido grande a tentação de se unir a associações de negócios secretos que, em suas cerimônias, adoram as divindades pagãs do mundo antigo; enquanto, nos países mais pobres, tem havido a tentação oposta de unir o evangelho cristão com o marxismo, a fim de produzir uma teologia da libertação de caráter político.

Assim, Lucas originalmente dedicou seu trabalho a um certo Teófilo na esperança de convencê-lo da verdadeira natureza e credibilidade da fé cristã. Enquanto estudamos os detalhes do registro de Lucas, e o cristianismo se mostra em toda sua clareza e

pureza, seria a expectativa de Lucas poder fazer por nós o mesmo que fez por Teófilo.

2

A Definição Primária

Pergunte qual foi o poder que catapultou os primeiros cristãos ao palco da história mundial, e Lucas responderá sem hesitação: a ressurreição de Jesus e a vinda do Espírito Santo. Pergunte novamente por qual propósito a primeira comunidade cristã veio à existência, e Lucas responderá mais uma vez: para dar testemunho da ressurreição de Jesus. Em toda parte, Lucas insiste nesse fato histórico básico. Essa foi a tarefa, ele nos diz em seu primeiro capítulo, que o Senhor ressurreto conferiu a seus discípulos (1:8). Esse foi o propósito da eleição de Matias: se fazer *“testemunha conosco da sua [de Cristo] ressurreição”* (1:22). Depois disso, diversas vezes, ele repete que a função primária da comunidade cristã era testemunhar a ressurreição do Senhor Jesus (Atos 2:32; 3:15; 5:30-32; 10:39-41; 13:31; 17:3,31; 26:16).

Isso é tanto notável como significativo. Pergunte aos budistas, por exemplo, qual é a fonte de sua religião, e eles dirão: “Buda Gautama e sua Iluminação”. Porém,

no momento de sua morte, Buda negou que ele próprio fosse meio de salvação. Toda importância estava em seu ensinamento, e o propósito de seus seguidores sempre foi praticar esse ensinamento e propagá-lo.

Os primeiros cristãos, por contraste, dão um relato muito diferente de si mesmos. Quando Jesus morreu, eles ainda possuíam seus maravilhosos ensinamentos éticos, mas, apesar disso, eles achavam que o próprio Jesus era um fracasso. Ele não era o libertador que eles pensavam que seria (Lucas 24:19-21) e esconderam-se juntos em um cômodo trancado, com medo de que também fossem capturados e executados.

O que os transformou? Não foi um novo discernimento sobre o valor dos ensinamentos éticos de Cristo. Foi sua ressurreição! E, quando eles confrontaram o público, não foi o ensinamento ético de Cristo que eles pregaram primariamente – mal há uma frase do Sermão da Montanha em todo o livro de Atos –, foi a ressurreição de Cristo e todas as suas gloriosas implicações.

Assim, a igreja cristã é um fato da história; e, de um ponto de vista histórico, sua origem tem de ser considerada. Obviamente, ela não surgiu sem causa nem propósito do nada. Se nos recusarmos a acreditar na ressurreição e, por essa razão, rejeitarmos a única causa e o único propósito que os primeiros cristãos dão para sua própria origem e existência, isso deixará um buraco aberto na história, que nenhuma outra causa sugerida pode preencher de forma convincente. Sem a ressurreição, os cristãos careceriam de coragem para confrontar o mundo e, segundo sua própria confissão (I Coríntios 15:1-20), não teriam um evangelho com o

qual confrontar o mundo.

Nessas circunstâncias, o que eles pregavam era a boa nova sobre Jesus de Nazaré: que ele *“morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras”* (I Coríntios 15:3-4). Agora, a ressurreição de quase qualquer homem, sob qualquer condição, não importa quem fosse, certamente seria uma notícia surpreendente; mas não seria necessariamente um evangelho para toda a humanidade! A ressurreição de Jesus é tanto crível como evangélica para todo o mundo, porque ele – embora certamente humano como nós – não era simplesmente qualquer homem, sob qualquer condição: ele era o clímax do processo perene da autorrevelação de Deus à humanidade.

Em seu primeiro sermão principal (2:24-31), o apóstolo Pedro o identifica como o descendente do ancestral de Israel, o rei Davi, e, no segundo (3:12-26), como um herdeiro físico e espiritual dos patriarcas de Israel: Abraão, Isaque e Jacó.

Antes de descartarmos essas identificações, por serem irrelevantes ao propósito de definir um evangelho universal, devemos notar a proeminência com a qual outros autores do Novo Testamento apregoam esses fatos. Mateus (1:1) informa aos seus leitores amplamente judeus que Jesus Cristo era Filho de Davi, Filho de Abraão. Ainda mais digno de nota, Paulo, em sua magistral explicação do evangelho, escrita aos cristãos em Roma, capital dos Césares imperiais, insiste em identificar o evangelho como *as boas novas acerca do Filho de Deus, Jesus Cristo nosso Senhor, “o qual, segundo a carne, veio da descendência de*

Davi" (Romanos 1:1-3).

Que aparente incongruência é essa? O Império Romano ainda era jovem quando Jesus nasceu. Após as convulsões da guerra civil que levou a República de Roma ao seu fim, Augusto conseguiu estabelecer um império que conquistou o mundo em grande medida e que estava destinado a durar mais de mil anos. Deve ter parecido ridículo, se não ofensivo, ouvir que, não os imperadores romanos, mas Jesus de Nazaré, de uma família real aparentemente extinta, proveniente de uma nação minúscula e, algumas vezes, desagradável, na extremidade do império, era o Salvador do mundo escolhido por Deus!

Todavia, os primeiros governadores e os imperadores romanos eram nobremente tolerantes com o cristianismo, como o próprio Lucas com toda imparcialidade aponta, mesmo que, às vezes, eles zombassem dos cristãos, como Festus zombou de Paulo, afirmando que eles eram fanáticos religiosos mentalmente perturbados. Com a expansão do cristianismo, entretanto, os imperadores posteriores – imaginando ser algo subversivo ao Estado e contrário a suas ideologias – tentaram oprimi-lo, insistindo que o cristianismo era ofensa capital ao Estado. O mais brutal deles lançou os cristãos aos leões.

E, novamente, a história nos ensinou suas inegáveis lições. Os grandes Césares e seu poderoso império há muito desapareceram. Ninguém os segue agora, ninguém lhes obedece. Contudo, o cristianismo provou-se irrepresível, salientando a veracidade do conselho que Gamaliel deu a seus companheiros conselheiros no Sinédrio judeu, durante sua primeira

tentativa de suprimir o cristianismo:

“Dai de mão a estes homens, deixai-os; porque, se este conselho ou esta obra vem de homens, perecerá; mas, se é de Deus, não podereis destruí-los; para que não sejais, porventura, achados lutando contra Deus” (5:38-39).

Até hoje, os regimes que negligenciaram esse conselho e tentaram suprimir o cristianismo desapareceram ou tiveram de ser destruídos. Contudo, crescentes milhões oferecem alegremente submissão a Jesus como o Senhor vivo.

Porém, havia outro escândalo ligado ao evangelho cristão, que somente a ressurreição poderia superar. Cristo, enquanto vivo, certamente alegou ser o Messias, o Filho de Davi. Ao mesmo tempo, ele avisou antecipadamente aos seus discípulos que não ascenderia imediatamente ao seu trono triunfal. Ele precisava primeiro morrer e levantar-se novamente. Eles acharam isso incompreensível. De fato, eles, assim como acontece conosco, achavam difícil aceitar o que não queriam ouvir. O conceito que eles tinham de um Salvador era moldado a partir de uma compreensão inadequada do Rei Davi, mais de acordo com a bravura comparativamente recente dos guerreiros macabeanos em busca de liberdade. Eles procuravam um rei Messiânico que expulsaria as odiadas forças imperialistas de ocupação, advogaria em favor dos pobres e eliminaria os traidores que haviam explorado o sistema romano de taxas em seu próprio benefício.

Então, um Messias que, em vez de conquistar seus inimigos, permitiu-se aparentemente ser derrotado por um sistema político corrupto e mau, era uma contradição em termos. Quando Jesus foi preso, eles o

abandonaram e fugiram, e, quando ele foi crucificado, suas esperanças foram estilhaçadas (Lucas 24:20-21). Porém, a ressurreição de Cristo não apenas restaurou a sua fé nele: ela aumentou infinitamente seu conceito de salvação. Até aquele ponto, a análise que faziam do problema humano era superficial demais.

Em primeiro lugar, esteve limitada aos seus próprios estreitos interesses nacionalistas judaicos, enquanto Jesus devia ser um libertador para toda a humanidade de qualquer nação. Em segundo lugar, eles haviam negligenciado o fato de que o ativismo político e a hostilidade humana são instrumentos muito obtusos para endireitar as injustiças do mundo. Os grandes movimentos revolucionários raramente conseguiram eliminar apenas o mau e deixar o inocente ileso: geralmente, tem sido o inverso. Além disso, defensores professos da justiça, algumas vezes, eliminaram milhões com base em ideologias cujo inevitável legado traiu o horrendo custo das vidas humanas sobre as quais seu império foi construído. Se a justiça alguma vez deve ser feita a esses inumeráveis milhões que morreram, então, a própria morte precisa ser superada.

A ressurreição é a proclamação triunfante de Deus que a morte não é o fim, que as injustiças do passado não estão esquecidas, que o mal não triunfará para sempre. Como Pedro explica à multidão (2:33-36), o próprio Rei Davi previu a necessidade disso: se o Messias, como todos os outros homens, fosse abandonado permanentemente no túmulo, então, não haveria nenhum fim derradeiro para as injustiças da terra, apenas uma sepultura eterna, indiscriminada, pavorosamente injusta. Ao ressuscitar Jesus Cristo

dos mortos, Deus deu a todos os homens um sinal antecipado e a certeza de que a morte não é o fim, de que as injustiças não triunfarão para sempre. Deus um dia irá julgar o mundo com justiça por meio daquele mesmo Jesus Cristo (17:31).

Pedro, de fato, começou seu sermão apontando que o profeta Joel, juntamente com todos os outros profetas, encorajou seus ouvintes com a promessa daquele dia do julgamento universal: o *“grande e glorioso Dia do Senhor”*, ele o chamou (2:20). A ressurreição de Jesus Cristo confirmou essa promessa, e Pedro a pregou como evangelho à nação.

Naturalmente, existe uma compreensível objeção a essa afirmação: Se tudo isso é verdade, por que ainda não aconteceu? Por que foi permitido ao mal agir sem controle por tanto tempo e se levantar em proporções tão monstruosas em nosso próprio século? A resposta, mais uma vez, deve ser encontrada no que Pedro explicou à multidão. O programa que Deus originalmente deu por meio de Davi, o antigo rei e profeta, nunca prometeu que o Messias, após sua morte e ressurreição, continuaria imediatamente a derrubar o mal pela força no mundo inteiro. Ele ascenderia ao trono celestial de Deus e estaria ali até que, em sua segunda vinda, todos os seus inimigos fossem colocados sob seus pés (Salmo 110:1-2; Atos 2:34-35).

E nós mesmos podemos ver por que tinha de ser assim. A promessa de um julgamento vindouro não é uma boa nova para todos nós. De fato, embora outros tenham pecado contra nós, todos nós pecamos pessoalmente, e isso não somente contra as outras

pessoas, mas contra Deus. Mas, se nenhuma reparação pudesse ser encontrada para isso, então, o julgamento vindouro significaria desastre para nós e para toda a raça humana.

É isso que dá significação universal à próxima identificação do evangelho por Lucas. O profeta Isaías, há muito, indicara que o Messias possuía outro papel dado por Deus para preencher. Antes de vir como rei para julgar o mundo, ele deveria vir como O Servo de Deus que não apenas sofreria inocentemente nas mãos dos homens – sem retaliação, o que deixaria o mal eternamente triunfante e não salvaria ninguém –, mas tomaria sobre si mesmo a punição dos pecados do mundo, sofreria e morreria como um sacrifício pelo pecado, para que os homens e as mulheres pudessem ser perdoados, justificados e aceitos por Deus (Isaías 52:13-53:12).

Foi a isso que o próprio Jesus se referiu quando observou a seus apóstolos: *“O Filho do homem ... não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos”* (Mateus 20:28). Foi a isso que Pedro se referiu quando, aos mesmos homens que gritaram pela crucificação de Cristo, pregou a Jesus como o Servo perfeito de Deus, pelo qual eles poderiam encontrar perdão, paz e reconciliação com Deus.

Porém, como os ouvintes de Pedro saberiam que era tudo verdade? Eles não haviam visto o Senhor ressurreto como os apóstolos haviam. Eles poderiam, naturalmente, ir ao sepulcro e encontrá-lo vazio. Eles poderiam ter investigado todas as outras evidências, tanto materiais como humanas. Mas, além de tudo, havia uma evidência de outro tipo.

Lucas nos conta que era nada menos do que isto: a ressurreição e a ascensão de Jesus Cristo abriram caminho para aquela invasão sem precedentes do Espírito Santo de Deus ao nosso mundo, que Joel, o antigo profeta, havia predito 800 anos antes. A evidência para isso existia em dois níveis. Em um nível, ela já havia assaltado os ouvidos da multidão poliglota, atraída de todo o mundo para Jerusalém, na ocasião da festa judaica de Pentecostes. Visto que o Espírito Santo, naquela ocasião, capacitou os primeiros cristãos a falar milagrosamente em línguas estrangeiras que eles não haviam aprendido e não compreendiam, de tal modo que os falantes nativos daqueles idiomas, que estavam na multidão, podiam entender o que estava sendo dito. O propósito desse milagre incomum era demonstrar claramente que tanto a mensagem que os apóstolos pregavam como o poder convencedor pelo qual falavam vinham do próprio Deus.

Em outro nível, a efetividade da evidência dependia da vontade que tivessem de conduzir um experimento pessoal. Como Pedro afirma, a eles estava sendo oferecido o dom do Espírito Santo (2:38). A acolhida dele em seus corações abriria uma vigorosa comunhão pessoal com Deus, que forneceria evidências incontrovertíveis de que Jesus, o Filho de Davi, Filho de Abraão, era de fato o Salvador do mundo. Para isso, havia termos e condições, naturalmente; e falaremos deles em nosso próximo capítulo.

3

O Defeito Fatal do Mundo

É da opinião de muitos que o negócio principal do cristianismo – se ele tiver qualquer negócio verdadeiro de qualquer modo – deveria ser preocupar-se com questões morais e valores humanos: denunciar a mentira, o roubo e o adultério e todos os pecados individuais semelhantes e, ao mesmo tempo, encorajar as pessoas a perdoarem a seus inimigos, a amarem e a serem boas umas com as outras. Se essa for nossa impressão, tomaremos um choque, quando abrirmos pela primeira vez as páginas da história de Lucas e lermos por nós mesmos seu registro dos primeiríssimos sermões que os cristãos pregavam. Eles não se preocupavam em denunciar os pecados individuais, nem em encorajar as pessoas a desenvolverem virtudes dignas. Isso não significa que os primeiros cristãos eram indiferentes às questões éticas e aos valores humanos: as cartas que os apóstolos escreveram aos seus primeiros convertidos estavam cheias de tais instruções morais.

O registro de Lucas mostra que a aparente falta de interesse dos primeiros cristãos pelos pecados individuais ocorria, porque estavam ocupados com um pecado em particular, de esmagadora importância. A ressurreição de Cristo havia demonstrado que ele era o Filho de Deus em poder; e a inevitável implicação assustava: Israel havia crucificado seu Messias enviado por Deus; os seres humanos haviam matado a Fonte de sua vida (3:15); a humanidade havia assassinado seu Criador. A crucificação de Cristo, como os primeiros cristãos a viam (baseando-se na Bíblia), era a pura violência humana contra Deus: um esforço combinado tanto por judeus como por gentios para rejeitar o constrangimento e as alegações de Deus sobre eles (4:23-31).

Isso não é exagero. A cruz de Cristo diagnostica qual é o problema básico do mundo inteiro em todos os tempos. Não é a hostilidade do homem para com o homem: esse é apenas um sintoma secundário. É a hostilidade do homem para com Deus. A crucificação do Filho de Deus foi somente o cone de um vulcão por meio do qual, em um determinado tempo e lugar na história, entrou em erupção aquele ressentimento e rebelião profundos contra Deus que, desde a primeira vez em que o homem pecou, queimava lentamente no coração de todos, religioso ou irreligioso, antigo ou moderno.

A parábola dos trabalhadores da vinha (Lucas 20:9-18), que nosso Senhor contou primariamente contra os líderes religiosos de seu tempo, salienta o mesmo ponto. O mundo em que vivemos tem um Proprietário Pessoal, e não somos nós! Somos apenas inquilinos e mordomos. E o herdeiro da vinha é o Filho do

Proprietário.

Porém, as pessoas não estão contentes com a condição de inquilinas. Elas vivem como se não houvesse senhorio algum. Ou, se houvesse um senhorio, elas vivem como se ele não tivesse nenhum direito de esperar qualquer tributo de amor, obediência, devoção e serviço da parte delas. Elas agem como se a elas pertencesse a propriedade livre de sua própria vida, como se o mundo pertencesse a elas. Elas não possuem nenhum amor pelo Filho do Proprietário, para quem, de fato, o universo foi feito, que fora o agente em sua criação, é o mantenedor de sua estabilidade atual, e é seu redentor e restaurador final (Colossenses 1:16-20; Hebreus 1:1-3).

Desde que mantenha distância, o mundo, naturalmente, não se incomoda com ele. Eles podem até mesmo aceitar certa quantidade de religiões. Porém, deixe-o se aproximar, insistir em seu domínio e exigir seus tributos – então, a resistência se inicia. Eles denunciam suas ordens como absolutismo. Lutam por sua independência. Podem, como o apóstolo pseudocristão, Judas, falar muito de sua preocupação com os pobres (João 12:4-6); mas, como Judas, irão negar Deus e Cristo prontamente para ganhar ou manter um lugar para eles mesmos no mundo (1:15-20). Porém, vender o Criador por trinta moedas de prata é evidenciar um sistema de valor fatalmente falho. Venda seu Criador por qualquer soma, e você automaticamente reduzirá o valor de seus semelhantes catastroficamente. E, então, como resultado, você pode até se encontrar conspirando a favor da eliminação de milhares de seres humanos, caso a melhoria social e política pareça exigir isso.

Como Dostoevski diz, “Se Deus não existe, então, tudo é permitido”. A afirmação do ateísmo de que você pode eliminar toda a influência de Deus da moralidade e basear a ética simplesmente nos valores inerentes do homem é fraudulenta. É como eliminar as reservas de um banco e ainda esperar que as pessoas honrem suas cédulas. Isso não irá curar o sistema caótico de valor do homem; essa é a própria causa de uma trágica desvalorização do homem.

Se assim, então, é como os primeiros cristãos diagnosticaram o pecado básico da humanidade, é mais do que de interesse histórico observar o relato de Lucas sobre a extraordinária oferta de misericórdia, perdão e reconciliação, que Deus autorizara Pedro a fazer para os mesmos assassinos de seu Filho. Houve primeiro a oferta do perdão de seus pecados (2:38). Observe o plural “*pecados*” e o adjetivo possessivo “*vossos*” pecados (2:38). Perdão, não apenas do pecado da crucificação de Cristo em particular, mas de todos os pecados – uma limpeza do coração, removendo a culpa de cada transgressão. E, depois, em adição, a oferta do dom do Espírito Santo, que estabeleceria um relacionamento vivo e pessoal entre Deus e cada um que cresse, um compartilhamento da própria vida de Deus.

Se foi assim, então, que Pedro definiu a salvação, quais os termos e as condições que ele traçou para recebê-la? Eles eram simples em si. A exigência chave era a seguinte: arrependa-se!

Mas, então, o que entendemos por arrependimento nessa situação? Primeiramente, devemos observar o fluxo de pensamento que corre no fim da profecia

de Joel, que Pedro citou do começo de seu sermão (2:17-21) ao clímax com o qual ele o conclui (2:36). Joel havia avisado que chegaria um dia em que seus ouvintes deveriam encarar a ira de Deus por conta de seus pecados. Se quisessem ser salvos daquela ira, eles deveriam invocar o nome do Senhor.

Para a multidão em Jerusalém, então, o arrependimento significaria, em primeiro lugar, mudar de atitude e encarar o fato de que, apesar de toda a sua religiosidade anterior, eles precisavam ser salvos da ira de Deus.

Em segundo lugar, significaria encarar o fato alarmante (para eles) que a ressurreição havia demonstrado: Deus havia feito o mesmo Jesus que eles crucificaram Senhor e Cristo (2:36). Se, agora, eles quisessem ser salvos, meras promessas de um comportamento melhor no futuro não seriam suficientes. Eles precisariam engolir seu orgulho, virar a face, invocar o mesmo Jesus que haviam crucificado, reconhecê-lo como Senhor e clamar por sua misericórdia. Ele era quem lhes daria pessoalmente o Espírito Santo e estabeleceria seu relacionamento com Deus.

Em terceiro lugar, embora tivessem a própria promessa explícita da Bíblia de que, se com arrependimento invocassem o nome do Senhor Jesus, muito certamente seriam salvos, a eles foi exigido que demonstrassem que seu arrependimento era genuíno. *“Invocar o nome do Senhor”* deveria ser mais do que simplesmente recitar uma fórmula religiosa. Isso significaria render-se a Jesus inteiramente e aceitá-lo como Senhor de tudo o que eram e possuíam. Também

significaria confessá-lo como Senhor, não apenas em palavra, mas em ação. *“Arrependei-vos”, disse Pedro, “e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo”* (2:38).

Devemos ter cuidado para não extrairmos do batismo cristão desse tempo inicial os significados que se desenvolveram nos séculos posteriores. Não há nenhuma evidência em Atos de que o batismo fosse considerado pelos primeiros cristãos um ritual que transmitia o dom do Espírito Santo. Para dizer a verdade, a evidência histórica segue exatamente outro caminho. Cornélio e seus amigos, os quais Lucas apresenta posteriormente como o exemplo arquetípico de conversão gentílica, receberam o Espírito Santo antes de serem batizados (10:47). Obviamente, então, isso não dependia do batismo. Como Pedro explicou depois, esses gentios o ouviram pregar que todos aqueles que cressem receberiam o perdão dos pecados. Eles creram; e Deus, que leu seus corações, deu testemunho público do fato que eles haviam se arrependido verdadeiramente e que sua fé era genuína. Ele lhes deu o Espírito Santo no momento em que limpou seus corações unicamente pela fé. Somente mais tarde eles foram batizados, porque já haviam recebido o Espírito Santo (10:44-48; 11:15-17; 15:7-9).

Por outro lado, a mera consternação do povo em Jerusalém e sua angústia diante da crucificação de Jesus não significavam, dentro deles, um arrependimento genuíno. Algumas semanas antes, eles haviam negado publicamente, diante de Pilatos, que Jesus era o Cristo (3:13-14). Se eles agora haviam se arrependido genuinamente, teriam de demonstrar isso. Eles teriam de revogar seu veredito anterior;

teriam de confessar que Jesus era o Cristo, e fazê-lo tão publicamente como quando o haviam negado antes, sendo batizados “no nome de Jesus Cristo”. Eles publicamente haviam ficado do lado dos assassinos de Jesus e gritado com eles por sua crucificação. Agora, eles precisavam se salvar “desta geração perversa” (2:40). Eles não poderiam continuar ao lado dos assassinos e ainda fingir que haviam se arrependido do homicídio. Eles precisavam mudar de lado, e o batismo no nome de Jesus era a forma de mostrar que o fizeram. Se eles não estivessem preparados para fazer isso, como convenceriam qualquer um, muito menos Deus, de que seu arrependimento professo era verdadeiro?

Além disso, seu arrependimento e seu batismo no nome de Jesus Cristo não foram eventos exclusivos, sem nenhum efeito adicional em seus estilos de vida subsequentes. Lucas nos conta que, depois disso, eles perseveraram na “doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações” (2:42); esse era o resultado natural de seu arrependimento genuíno. Como eles agora acreditavam que Deus tornara Jesus de Nazaré Senhor e Cristo, eles estariam ávidos para saber em detalhes ainda maiores o que o Espírito Santo lhes revelaria, pelos apóstolos, sobre o relacionamento de Cristo com Deus e com o universo.

E, quando se diz que os primeiros cristãos se dedicaram à comunhão dos apóstolos, isso, naturalmente, não significa que eles simplesmente começaram a se socializar com os apóstolos. Isso significou o trabalho externo da vida comum que eles receberam individualmente pelo Espírito Santo, o qual os atou aos apóstolos e a seu Senhor.

Eles se dedicaram ao partir do pão, diz Lucas (e nós observamos a simplicidade da descrição usada nesse período inicial, respondendo à simplicidade do costume em si). Antes de morrer, Cristo pediu constantemente aos seus que se lembrassem dele simplesmente comendo juntos o pão como símbolo de seu corpo e bebendo vinho como símbolo de seu sangue, não a fim de ganharem perdão, mas em memória dele, por cuja morte sacrificial eles já haviam sido perdoados. Uma pura gratidão, se nada mais, os teria levado amorosamente a fazê-lo.

Do mesmo modo, eles se dedicaram à oração. Agora que estavam reconciliados com Deus e em comunhão com o Senhor assunto, a oração deixara de ser uma mera rotina formal, e se tornara uma participação ativa para com o Soberano do Universo.

Além disso, Lucas se esforça para registrar (2:42-47) que o evangelho e suas implicações revolucionaram não só a vida espiritual como a atitude deles quanto às coisas seculares também. Transformaram até mesmo a atitude deles quanto à propriedade privada. Porém, veremos mais sobre isso em nosso próximo capítulo.

4

Um Choque de Cosmovisões

O certo e o errado da propriedade privada atraíram naturalmente a atenção de vários filósofos e estadistas ao longo dos séculos; mas talvez seja uma surpresa encontrar a proeminência que Lucas dedica ao assunto na primeira seção principal de Atos.

A espetacular explosão de energia espiritual iniciada no Dia de Pentecostes e seu impacto sempre crescente automaticamente forçariam qualquer historiador do nascimento do cristianismo a incluí-los em seu relato. Porém, com um senso refinado de contrapeso, Lucas escolheu deliberadamente dar uma ênfase quase igual à atitude dos primeiros cristãos quanto às coisas materiais e à questão da propriedade privada.

“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade” (2:44-45).

“Barnabé... como tivesse um campo, vendendo-o, trouxe

o preço e o depositou aos pés dos apóstolos” (4:36-37).

“Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum” (4:32).

Além de tudo isso, um dos milagres que Lucas escolhe para descrever em detalhes durante esse período é o julgamento sumário infligido a certo Ananias e a Safira, pela sua deliberada conspiração em uma tentativa de enganar tanto os apóstolos como Deus sobre a questão de sua propriedade (5:1-11).

O que deduzimos, então, desse fenômeno da primeira comunhão de bens cristã? A primeira coisa a se observar é que ela era inteiramente voluntária. Pedro disse explicitamente aos supracitados Ananias e Safira que seu pedaço de terra era de propriedade privada exclusiva deles. Eles não foram forçados pela fé cristã, nem pela igreja, nem, é claro, pelo Estado, a vendê-la e doar o dinheiro à igreja ou a alguém mais. E, após terem vendido a terra, eles ainda tinham o direito de decidir como empregar o dinheiro, se, de fato, quisessem empregá-lo. Eles não tinham de depositá-lo no fundo central do grupo cristão. A comunhão compulsória de bens não fazia parte da fé cristã; todos sabem que miséria e desastre podem resultar desse tipo de opressão.

Em segundo lugar, não devemos exagerar ou traduzir mal o que o texto grego de 4:34 diz. Não foram todos os donos de posses convertidos que venderam todas as suas terras e casas imediatamente e deram o dinheiro de presente. O que aconteceu foi que os donos de posses, de tempos em tempos, vendiam parte de suas propriedades e usavam o dinheiro para

satisfazer as necessidades particulares que surgiam na comunidade cristã.

A coisa mais importante para a compreensão da atitude dos primeiros cristãos quanto às posses materiais é a motivação que jazia atrás dela. *“Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía”*, diz Lucas. (4:32). De quem, então? A resposta é esta: de Cristo. Se eles venderam suas posses e depositaram o dinheiro aos pés dos apóstolos, foi porque os apóstolos eram os representantes oficiais de Cristo. Se eles mantivessem suas posses e não as vendessem ou dessem, ainda as considerariam não como deles, mas como de Cristo, e a si mesmos simplesmente como mordomos responsáveis por administrá-las para o bem da comunidade.

Essa ainda é, ou precisa ser, a verdadeira atitude dos cristãos quanto às posses materiais, pois brota da percepção de que Jesus Cristo não é meramente um profeta ou professor moral: ele é Senhor e Dono da Criação. Aquele que crê, portanto, é ensinado que, se Cristo deu o sangue de sua vida para redimi-lo das consequências ruinosas de sua rebelião insana contra seu Criador, então, ele mesmo não é mais sua própria propriedade. Ele fora comprado por bom preço (1 Coríntios 6:19,20; 2 Coríntios 5:14-15). Tudo o que ele é e tem pertence a Cristo e deve ser usado segundo uma administração responsável, de acordo com os interesses de Cristo, para o bem de seu povo e da humanidade em geral, para a evangelização do mundo e para o apoio dos propósitos de Deus na Terra.

Mas o assunto vai mais fundo. Não se pode ler essa primeira seção de Atos sem perceber que, ao

contrário de algumas religiões orientais, o cristianismo não considera o mundo material como uma ilusão da qual o homem verdadeiramente sábio tenta escapar. Ao contrário da filosofia platônica, não considera o corpo como o sepulcro da alma, nem sustenta que a alma deva tentar se manter à distância do corpo tanto quanto possível. O cristianismo certamente ensina que o corpo deve ser disciplinado e mantido sob um controle apropriado (I Coríntios 9:27), mas desaprova a negligência sistemática do corpo como meio de salvação e santidade (Colossenses 2:16-23). Compreensivelmente assim. Como a pedra angular do evangelho cristão encontra-se a ressurreição corporal de Cristo. Lucas intencionalmente refere-se, em sua introdução a Atos (1:3), ao que ele havia registrado em maior detalhe no fim de seu Evangelho (Lucas 24:36-43): o Senhor ressurreto não era uma alma ou um espírito desencarnado. Ele possuía um corpo humano, glorificado – todavia, real e tangível, pois o corpo humano é uma parte integral da personalidade humana. Deus o criou assim e não se envergonha disso.

Além disso, segundo o evangelho, de acordo com a primeira seção de Atos, Deus não está preocupado meramente com a salvação espiritual dos indivíduos. Ele tem planos para a completa restauração da criação física. Essa, como o segundo sermão principal de Pedro declara, foi a mensagem de todos os profetas de Deus (3:21-26). A Bíblia não declara nada da degradação do universo material em um interminável ciclo sem sentido de nascimento, morte e renascimento, como afirmado pelo hinduísmo, nem nada do pessimismo do ateu moderno ao defender, como a ciência atesta o força a fazer, que toda a vida e o progresso humanos

terminarão em um esquecimento inexpressivo. A Bíblia afirma que toda a criação tem um destino glorioso. A ressurreição corporal de Jesus é a primícia da restauração do universo inteiro; e a vinda do Espírito Santo para viver no corpo dos que creem é a primícia de sua grande herança vindoura, quando não apenas seus corpos físicos, mas a própria criação, serão libertos de sua servidão à corrupção e trazidos à gloriosa liberdade dos filhos de Deus (I Coríntios 15:20-25; Romanos 8:18-25).

De modo bastante apropriado, então, o segundo maior milagre nessa seção de Atos é a cura física de um homem coxo de nascença (capítulo 3). Sua deficiência física era um exemplo vívido do sofrimento de toda a criação; sua cura milagrosa, um sinal adiantado de sua conseqüente restauração (3:21). Alguns indubitavelmente irão objetar: se existe um Deus e ele deu poder a Pedro para curar milagrosamente esse homem coxo, por que ele não cura todas as pessoas doentes pelo mundo? E por que ele ainda demora a fazê-lo?

Mas há uma razão, como Pedro explicou à multidão. Eles haviam matado o próprio Autor da Vida (3:15). Se persistissem em rejeitá-lo, não haveria nada para eles, exceto a morte eterna. Em sua misericórdia, portanto, Deus iria adiar o tempo da restauração de todas as coisas para que as próprias dores da natureza os pudessem levar ao arrependimento (3:19), de modo que, reconciliados com Deus, pudessem estar prontos para tomar parte quando os planos de Deus para o redesevolvimento do universo finalmente entrassem em ação.

A lição é importante para nós também. Nosso planeta não é uma máquina autocriada que saiu um pouco errada, mas, com nosso crescente *know-how* e tecnologia, podemos consertar, concedidas apenas boa vontade e cooperação internacional suficientes. Por trás de nosso planeta, encontra-se um Criador pessoal e um Salvador pessoal. Nem toda a engenharia tecnológica, o tratamento médico, a ajuda social, a estratégia econômica, a prudência política e a educação das massas que poderiam ser usados para acabar com os problemas da terra seriam capazes de finalmente resolvê-los e produzir um paraíso, visto que o mundo permanece em desacordo com seu Criador e rejeita o Salvador que ele designou.

Era esse tipo de coisa que, então, os apóstolos cristãos estavam pregando quando, de acordo com Lucas (Atos 4:1-22; 5:17-42), a oposição estourou, e não veio dos ateus e dos humanistas, mas do partido principal em Jerusalém, os saduceus. Todos eles eram pelo menos nominalmente religiosos – alguns deles eram sacerdotes do mais alto nível no templo de Jerusalém. Mas eles sustentavam uma cosmovisão diametralmente oposta àquela dos cristãos.

Como Lucas, em outro lugar, lembra, os saduceus não acreditavam na possibilidade da ressurreição nem na existência de anjos ou de espíritos (23:8). Isso, incidentemente, desmente a falácia moderna de que o evangelho cristão foi inventado em uma época pré-científica, quando as pessoas estavam todas preparadas para acreditar em milagres como a ressurreição, porque não conheciam as leis da natureza e da ciência. Os saduceus certamente não estavam preparados para acreditar. E, se Lucas, o médico treinado, estava,

era porque fora convencido pelo estudo honesto das evidências.

Assim, os saduceus, Lucas nos conta (4:16), não poderiam negar a evidência diante de seus olhos da cura milagrosa do homem coxo; mas eles não estavam preparados para permitir que isso mudasse sua cosmovisão pré-determinada. Nisso, naturalmente, eles eram muito semelhantes a nós hoje. Nenhum de nós chega ao estudo de Cosmologia, ou Física, ou Biologia com uma mente completamente aberta. Todos nós temos nossas cosmovisões pré-escolhidas, e são elas que determinam nossa interpretação das evidências, não o contrário. O que a evidência encaixa em nossa cosmovisão, nós aceitamos; o que não, tendemos a manter em suspenso.

Os cristãos fazem isso – pois eles começam a partir de uma cosmovisão que tem Deus como base. Mas os ateus fazem isso também. A cosmovisão dos cristãos é baseada na fé produzida e suportada por evidências abundantes. Mas a cosmovisão ateísta é igualmente baseada na fé, pois o ateísmo não pode ser provado. A questão é esta: em qual lado reside maior evidência? Ignorar a evidência para o cristianismo não é científico, é obscurantismo.

Mas retornemos aos saduceus. Eles possuíam outras razões, além de sua cosmovisão, para rejeitar o evangelho cristão. Eles eram, em grande parte, homens do mundo. Ao longo dos séculos recentes, eles foram profundamente influenciados pela racionalidade e pela cultura helenística, e isso, combinado com a satisfação de exercer poder religioso e político no mundo como ele estava, induziu neles uma simpatia com as ideias

mundanas e uma lassidão comparativa nas questões religiosas. Eles tinham prosperidade (desfrutavam dos rendimentos enormes do templo); possuíam poder; se misturavam aos círculos mais altos (tanto de judeus como de gentios); eram educados e sofisticados. O mundo, assim como estava, era bom o bastante para eles. Eles não podiam ver muito errado com ele. Como Paulo diria mais tarde, eles amavam esse mundo presente. Era o único mundo no qual eles realmente acreditavam.

E lá estavam esses apóstolos cristãos, enchendo as cabeças das massas com profecia e esperança de um reino Messiânico vindouro, tudo baseado em sua pressuposição da realidade da ressurreição. Isso ofendeu o senso helenístico de racionalidade deles; desafiou seus estilos de vida, sua cosmovisão e seus interesses empossados. E, acima de tudo, eles eram os homens que, como a classe predominante, foram responsáveis pelo assassinio jurídico de Jesus. Eles não poderiam se dar ao luxo de permitir que a pregação da ressurreição de Jesus se espalhasse e, assim, tentaram suprimi-la pela força (5:40).

A sequência histórica foi que os cristãos os desafiaram e sofreram por isso. Depois, em 70 d.C., os romanos pagãos vieram e destruíram o templo, e, daquele tempo em diante, o antigo grupo de perseguidores saduceus gradualmente caiu no esquecimento. A lição não deve ser perdida em nossa geração.

5

Martírio ou Fanatismo

Muitos, talvez todos, os grandes movimentos na história tiveram seus mártires; e muitas das regalias desfrutadas hoje foram conquistadas por homens e mulheres que estavam preparados para dar sua vida pelos princípios nos quais essas regalias se baseavam. Quem não venera a memória de Sócrates, que morreu nas mãos de uma superstição ignorante e de interesses políticos investidos em vez de abandonar sua busca inflexível pela verdade e pela justiça?

A igreja cristã também teve uma longa lista de mártires. O próprio Jesus Cristo foi oprimido até a morte pelas autoridades civis e religiosas e ensinou a seus seguidores que a perseguição por sua causa era uma honra e alegria extremas. Não é de se admirar que Lucas, então, devotasse um grande espaço de Atos a Estêvão, o primeiro, e talvez o maior de todos os mártires cristãos. Com razão, a igreja cristã venera sua memória desde então.

Porém, há duas coisas que devemos ter em mente

sobre os mártires. Em primeiro lugar, verdadeiros mártires não são fanáticos. Os fanáticos estão tão sujeitos a caçar outras pessoas até a morte (aos milhões, se necessário), por oporem-se a suas crenças, como a morrer eles próprios por elas. Os verdadeiros mártires não matam ninguém. Em segundo lugar, a forma de verdadeiramente honrar os mártires não consiste simplesmente em erigir estátuas para eles ou pintar suas imagens, mas descobrir o que representavam e, então, nós mesmos o representarmos.

Quais, então, eram os princípios pelos quais Estêvão estava preparado para morrer e por que seus executores os achavam tão subversivos para merecer a execução?

Para explicar brevemente, Estêvão morreu por proclamar que, por Cristo, toda pessoa que crê tem o direito ao acesso imediato e direto a Deus, sem a necessidade de qualquer intermediário, exceto Cristo, e o direito de saber que, por Cristo, ela pode desfrutar, aqui e agora, a completa aceitação de Deus.

Exposto dessa forma, talvez para nós seja difícil ver por que alguém poderia opôr-se ao que Estêvão pregou, para não dizer persegui-lo por isso. Porém, precisamos tentar entender a situação histórica. Seus oponentes eram os membros principais da hierarquia judaica de sacerdotes no templo nacional em Jerusalém; e eles imediatamente viram que as ideias cristãs de Estêvão tornariam seu templo, sacerdócio e sacrifícios desnecessários, irrelevantes e obsoletos, por isso, sua oposição.

Naturalmente, eles tinham um interesse investido: os tributos dos sacrifícios oferecidos pelo povo

judaico e dos milhares de peregrinos estrangeiros tornaram o sumo sacerdote e seus colegas homens muito prósperos. Mas eles não estavam motivados simplesmente pelo medo da perda financeira. Eles acreditavam honestamente – e nisso os cristãos teriam concordado com eles – que o templo em Jerusalém, seus sacrifícios e seu sacerdócio haviam sido estabelecidos pela autoridade de Deus por meio da lei de Moisés no Antigo Testamento. Por essa razão, eles acusaram Estêvão de propagar a ideia de que Jesus Cristo iria destruir o templo, o sacerdócio e os sacrifícios que o próprio Deus instituíra. Se provada, a acusação carregava uma sentença obrigatória de morte por blasfêmia.

Agora, Lucas torna claro desde o início que Estêvão nunca dissera que Jesus Cristo destruiria o templo de Jerusalém fisicamente. Essa parte da acusação era falsa (6:11, 13, 14). Porém, em outro sentido, havia uma grande porção de verdade no que eles disseram.

Considere as ofertas pelos pecados feitas no templo. Por meio delas, o Antigo Testamento ensinara aos israelitas que o pecado contra Deus (e todo pecado é, no fim das contas, contra Deus) custa a vida do pecador. A pena do pecado precisa ser paga antes que o pecador possa ser honrosamente perdoado. Para encontrar o perdão, o pecador tinha de trazer um animal ao templo, confessar seus pecados sobre a cabeça dele e matá-lo. O animal morria como seu substituto; a pena era paga; e o pecador, perdoado.

Assim sendo, Estêvão e os outros cristãos concordavam com os sacerdotes que esse sistema fora estabelecido por Deus. Eles sustentavam, no entanto,

que isso era apenas simbólico. A morte de animais não poderia, verdadeiramente, pagar a pena pelo pecado humano, como o próprio Antigo Testamento apontava (Salmo 40:6-7). Eles argumentavam, portanto, que o sistema nunca tencionou ser mais do que um meio temporário de preparar as mentes das pessoas para a morte e o sacrifício de Cristo, o Cordeiro de Deus que devia tirar os pecados do mundo. Isso, também, o Antigo Testamento afirmara (Isaías 53:5-12). O antigo sistema, então, era como uma loja de brinquedo com doces de brinquedo e dinheiro de brinquedo que os pais dão aos seus filhos para que brinquem, de modo que, quando crescerem, irão entender que os doces de verdade têm um preço que precisa ser pago com dinheiro de verdade. Naturalmente, quando eles atingirem esse estado, o dinheiro de brinquedo será descartado.

As implicações disso para o templo de Jerusalém, como a hierarquia judaica acertadamente percebeu, eram extensas. Seu antigo sistema de sacrifícios nunca fora mais do que uma série de notas promissórias que reconheciam, mas não podiam verdadeiramente pagar, um débito crescente. Nessas circunstâncias, a morte de Cristo pagara aquele débito acumulado, e o antigo sistema poderia ser abolido.

Mas as implicações eram ainda maiores. Como o sacrifício de Cristo pagara a pena integral dos pecados de todos os que criam nele, nenhum outro tipo de oferta pelo pecado jamais seria necessário novamente. Nem haveria nenhuma necessidade de Cristo repetir continuamente seu próprio sacrifício, como os sacerdotes judeus foram obrigados a repetir constantemente os sacrifícios deles (Hebreus 10:11-18).

Porém Estêvão e os autores do Novo Testamento foram ainda mais radicais. Eles disseram que não eram apenas os sacrifícios do templo que estavam obsoletos: o próprio templo estava rapidamente se tornando obsoleto também (Hebreus 8:1-13). O próprio Cristo havia dito o mesmo enquanto ainda estava na terra (João 4:19-24). E, quando se ofereceu na cruz como o sacrifício perfeito pelo pecado, os historiadores nos dizem que algo de suma importância acontecera ao próprio templo.

Como no tabernáculo de Moisés antes disso, o templo em Jerusalém estava dividido em dois compartimentos por uma parede e um véu. O compartimento interno era chamado de Lugar Santíssimo, sendo uma representação simbólica do céu e da presença imediata de Deus. Pessoas comuns nunca foram permitidas nesse lugar santíssimo. Somente o Sumo Sacerdote poderia entrar, e isso apenas uma vez ao ano, no Dia da Expição. O ponto principal desse arranjo arquitetônico e visual era, assim nos diz a Bíblia, o de imprimir nas mentes das pessoas que, enquanto fossem dependentes dos constantes sacrifícios de animais, e abluções em água, o caminho para a presença imediata de Deus não estava aberto para eles (Hebreus 9:8-10).

Mas, quando Cristo morreu na cruz, o próprio Deus rasgou o véu do templo (veja Mateus 27:50-51). Por meio desse ato simbólico, ele indicou que, para todos aqueles que colocarem sua fé em Cristo, já existe um acesso espiritual irrestrito para a presença imediata de Deus; e, além disso, uma certeza veemente do acesso corporal à presença de Deus no céu, na segunda vinda de Cristo (Hebreus 10:19-22; João 14:1-3). Para Estêvão, o simbolismo do véu no templo judeu, por essa razão,

era agora obsoleto, e, se retido, negaria a liberdade proclamada pelo evangelho.

Porém, para a hierarquia judaica, fundamentada em séculos de tradição, a visão de Estêvão deve ter soado completamente herética. Sua primeira tarefa, portanto, era tentar convencer o conselho de que sua visão não era blasfêmia contra Deus – o Deus que mandou construir o tabernáculo original.

Para provar isso, Estêvão apontou para a clara lição da história do Antigo Testamento (7:2-53). Embora o propósito geral de Deus tenha sempre permanecido o mesmo, houve várias fases distintas em sua educação de Israel para a vinda do Messias. Naturalmente, cada fase suplantou e deixou para trás o que fora antes. Nunca será pedido à criança que aprendeu a contar com pedrinhas que ela abandone as leis da matemática; mas a ela pode perfeitamente ser pedido que desista das pedrinhas e se dirija a computadores. Recusar-se a ir em frente seria desastroso.

Então, Deus chamou Abraão do meio dos gentios e lhe disse e a seu filho, Isaque, para permanecerem na terra prometida de Canaã (7:2-5; Gênesis 26:3). Porém, mais tarde, ao filho de Isaque, Jacó, foi dito que levasse toda a tribo de volta aos gentios no Egito (7:11-15; Gênesis 46:1-4). Então, alguns séculos depois, Moisés foi enviado para tirá-los do Egito, levando-os de volta mais uma vez a Canaã (7:20-36). Por meio de Moisés, Deus ordenou que Israel lhe construísse um tabernáculo e oferecesse sacrifícios de animais. Porém, novamente, após alguns séculos, Deus indicou nos livros de Salmos e dos Profetas que os sacrifícios de animais, o templo e o sacerdócio de Aarão seriam, um

dia, suplantados por algo melhor (Salmos 40 e 110; Isaías 66:1-2).

Portanto, não havia nada blasfêmico na afirmação de Estêvão de que, agora que Jesus, o Messias, viera, essas coisas antigas haviam, de fato, sido suplantadas pelas coisas melhores prometidas. O perigo real era que, assim como seus pais rejeitaram Moisés antes deles, o conselho rejeitaria o Messias e todas essas coisas melhores.

Porém, os principais dos sacerdotes judeus, defrontados com as grandes realidades espirituais do evangelho de Cristo, recusaram-se a abandonar seus meros – e agora obsoletos – símbolos, e mataram Estêvão por dizer que deviam. Assim como seus ancestrais antes deles, eles se recusaram a acompanhar os passos do Deus vivo; e tudo o que lhes restou foi um templo cheio de símbolos, mas abandonado pelo Filho de Deus encarnado (Mateus 23:37-38). Em 70 d.C., Deus permitiu que os romanos pagãos viessem e o pusessem no chão (Mateus 24:2).

6

Magia e o Evangelho

Nos anos recentes, testemunhamos uma explosão do interesse por religião, magia, ocultismo, astrologia e paranormalidade. Homens e mulheres, encontrando-se em um vácuo espiritual, procuram, às vezes em desespero, algum tipo de experiência espiritual que lhes tem sido negada pelas filosofias materialistas. E, ainda, precisamente por essa busca algumas vezes ser tão desesperada, existe o perigo real de exploração e de fraude. Por essa razão, a próxima história de Lucas é de grande interesse, pois nos mostra como distinguir o falso do verdadeiro.

Lucas relata um encontro em Samaria entre o evangelista cristão Filipe e certo homem, Simão, que Lucas descreve como praticando uma forma de magia. Exatamente qual tipo de magia ele praticava, Lucas não nos conta, mas obviamente era muito impressionante, pois os samaritanos estavam maravilhados pelos feitos de Simão, e, simplesmente por isso, convenceram-se de que suas afirmações eram verdadeiras e o chamaram

de *“o poder de Deus chamado o Grande Poder”*.

E muitas pessoas se enganam da mesma forma nos dias de hoje. Como os poderes psíquicos e demoníacos são reais (embora geralmente acompanhados por muita superstição e asneira), elas supõem (sem refletir) que são espiritualmente saudáveis e que podemos confiar neles para nos apontar a verdade última sobre Deus e o universo.

Para complicar mais a questão, Lucas nos conta (8:13) que, quando Simão ouviu Filipe pregar e o viu realizar milagres, ele se confessou crente no evangelho e foi batizado. Mas a sequência mostrou que ele não havia se arrependido de sua antiga magia. Na verdade, ele nem mesmo havia compreendido o evangelho. Para ele, o cristianismo era simplesmente outra, e mais poderosa, forma de magia, e ele estava muito feliz em adicioná-la ao seu repertório.

Isso também acontece no mundo moderno. No México, por exemplo, sabe-se bem que muitos indígenas que se batizaram como cristãos continuam com seus ritos pagãos e demoníacos sem arrependimento. E, infelizmente, em vários momentos na história, os missionários cristãos assimilaram deliberadamente os festejos pagãos ao calendário religioso da cristandade para (afirmam eles) tornar mais fácil para os pagãos a conversão ao cristianismo. É por isso, por exemplo, que os costumes locais que cercam o Dia de Finados em alguns países lembram os costumes praticados na Festa dos Espíritos Famintos em lugares, como a Malásia, quando as pessoas visitam os cemitérios e honram os espíritos de seus parentes falecidos.

Tudo isso levanta a questão: qual, então, é a diferença

entre o verdadeiro cristianismo e a magia? Como podemos distinguir os dois? Alguns dirão que não há necessidade de tentar. Jesus Cristo e seus apóstolos, eles argumentam, fizeram milagres incríveis; assim fez Simão, e certos gurus também fazem hoje. Eles são, por essa razão, todos os mesmos. Ou eles argumentam: Jesus afirmou ser o Cristo, o Filho de Deus, e baseou sua afirmação em seus milagres; por que Simão ou algum guru moderno não afirmaria igualmente ser a encarnação de algum deus, com base em seus poderes?

Argumentar dessa forma é cometer o engano de confundir realidade com verdade. O fato de que os poderes psíquicos são reais, no sentido de que eles existem de verdade, não significa necessariamente que eles são todos saudáveis. Todos os cogumelos são reais; mas alguns são mortalmente venenosos. Além disso, o fato de que os espíritos são reais e podem ser contactados não significa que eles necessariamente contêm a verdade sobre Deus e o universo. No submundo da intriga internacional, os espíões são muito reais; mas não se pode confiar neles para contar a verdade, exceto à medida que isso promova sua aparência enganosa. Similarmente, a Bíblia nos conta que nem todos os espíritos são leais a Deus. Na verdade, ela nos alerta a não acreditarmos em todo espírito, mas a testarmos se os espíritos são de Deus: porque muitos falsos profetas se levantaram no mundo (1 João 4:1).

É nessa conexão que Lucas descreve para nós os sinais indicadores, que conseqüentemente expuseram o fato de que Simão não era um verdadeiro crente em Cristo bem como o tipo de religião representada por ele era falsa e demoníaca.

Em primeiro lugar, havia seu conceito fundamentalmente falso do Espírito Santo. Observando que o Espírito Santo era dado pela imposição das mãos (ou “ao acompanhamento das mãos”- grego) dos apóstolos, ele partiu para a conclusão de que os apóstolos haviam descoberto como controlar o Espírito Santo e poderiam concedê-lo a quem desejasse. Sua conclusão era falsa. Nenhum homem, nem mesmo um apóstolo, poderia controlar ou conceder o Espírito Santo. Somente Deus pode fazer isso.

Era natural para Simão pensar dessa forma, pois é assim que todos os praticantes de magia e do espiritismo pensam. Eles professam ser capazes de controlar certos espíritos. É assim que adquirem sua fama e seu status, porquanto qualquer um que deseje se beneficiar desses poderes necessita recorrer a eles e depender de suas técnicas. Então, Simão, que, sem dúvida, fizera muito dinheiro por meio de suas apresentações psíquicas, viu a oportunidade de fazer muito mais e, assim, ofereceu dinheiro aos apóstolos para lhe ensinarem essa nova técnica de controle e concessão do Espírito Santo.

Ao oferecer dinheiro para comprar poder, Simão cometeu seu segundo erro fundamental. Lucas explica: “Ele pensou que poderia comprar o dom gratuito de Deus com dinheiro”. Isso mostrou que ele nem mesmo começou a entender, para não dizer a aceitar, o evangelho cristão. O dom do Espírito Santo é uma parte integral da salvação e, como a própria salvação, é um dom absolutamente gratuito que não pode ser comprado com dinheiro, nem ganho ou merecido de qualquer modo (veja João 4:10; Atos 2:38; Efésios 1:13-14; 2:8-9). Todo o conceito de Simão sobre Deus e sobre a salvação estava errado. Um espírito cujo controle

possa ser comprado por dinheiro evidentemente não é o Espírito Santo do Criador Todo-Poderoso. E um deus que estivesse preparado para dar seu Espírito Santo somente àqueles que pudessem arcar com a compra de sua salvação obviamente não seria o Deus de infinito amor, cujo Espírito é, na verdade, dado gratuita e diretamente a todos os que se arrependem e creem.

A terceira coisa que mostrou ser Simão uma fraude foi sua afirmação extravagante de ser o poder de Deus que se chama Grande. Da mesma forma, um panteísta moderno da Nova Era como Shirley McLaine não apenas afirma estar em sintonia com os poderes básicos do universo, como declara *“EU SOU O QUE SOU”* (uma forma pela qual a Bíblia fala do próprio Deus Onipotente) e encoraja os outros a seguirem suas técnicas, com a esperança de que eles também, um dia, serão capazes de afirmar a mesma coisa. Isso não é nada mais do que a mentira satânica sussurrada no ouvido da humanidade do Jardim do Éden: *“Sereis como Deus”*; mas ela ainda mantém sua fascinação fatal.

Quão diferente tudo isso é de Jesus Cristo. Realmente, ele afirmou ser o Filho de Deus e provou sua afirmação fazendo milagres. Mas dele é dito que *“subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz”* (Filipenses 2:6-8).

De fato, Jesus é Aquele que, como Lucas está prestes a nos lembrar exatamente em sua próxima história, cumpriu a profecia de Isaías no Antigo Testamento, tornando-se o Servo Sofredor de Deus: o Cordeiro

levado ao matadouro, e mudo perante os tosquiadores – o Cristo crucificado que fora ferido pelas nossas transgressões, que fora moído pelas nossas iniquidades, e por cujas pisaduras fomos sarados (Veja Isaías 53). É por se tornar primeiro o Servo humilde, sofredor e redentor de Deus, e depois ser ressuscitado dos mortos – e não simplesmente por fazer alguns milagres – que Jesus Cristo demonstrou ser o Filho unigênito de Deus. Entre ele e os Simões ostentadores deste mundo, não há nenhuma comparação.

Como, então, os samaritanos vieram a ser enganados por um homem como Simão? A resposta é esta: como resultado de sua negligência – na verdade, de sua rejeição positiva – de grandes partes do Antigo Testamento. Antes de Israel entrar em Canaã, Deus o havia advertido que não edificasse templos por toda a terra, mas somente um; e esse um, como ele indicou mais tarde, deveria ser em Jerusalém. A razão dada foi a de que, se eles oferecessem seus sacrifícios simplesmente em qualquer lugar, cairiam nas superstições politeístas de seus vizinhos cananitas.

Assim, os samaritanos do primeiro século d.C. aceitavam os primeiros cinco livros da Bíblia. Mas, por razões detalhadas e complicadas demais para se discutir aqui, eles rejeitaram todo o resto; e especialmente aquelas partes que apontavam Jerusalém como o lugar onde o templo de Deus deveria estar situado e como a cidade aonde o Messias consequentemente viria como Rei. Em vez disso, eles fizeram de Samaria o centro de sua adoração e, ao fazê-lo, caíram no laço da superstição politeísta, como a Palavra de Deus avisara.

Assim, quando ouviram Filipe pregar o evangelho

e creram nele, eles estavam, Lucas nos conta, cheios de alegria. Mas como eles poderiam agora estar certos de que Filipe era um mensageiro genuíno de Deus, e não algum charlatão religioso ou emissário de Satanás? E como eles poderiam estar certos de que sua experiência espiritual era genuína, e não apenas outra decepção propagada por algum culto espúrio ou seita? A resposta é simples: para que as pessoas deixassem de ser enganadas, Deus mesmo preparou para a vinda de Cristo predizendo no Antigo Testamento que ele viria da nação judaica; que Jerusalém seria sua capital; que ele seria rejeitado por sua nação e morreria pelos pecados do mundo bem do lado de fora de Jerusalém; então, seria ressuscitado dos mortos. E o Salvador que Filipe pregou aos samaritanos era precisamente esse Cristo, que cumpriu aquelas predições do Antigo Testamento.

É por isso que Deus fez os samaritanos se submeterem à imposição de mãos dos apóstolos de Jerusalém antes de lhes dar seu Espírito Santo. Esse procedimento era completamente anormal: as pessoas normalmente recebiam o Espírito Santo no momento em que se arrependiam e criam, como vemos no famoso exemplo em Atos 10. Mas os samaritanos eram um caso especial. Para seu próprio bem e certeza, eles deveriam ser levados a perceber e admitir que a única experiência espiritual genuína da salvação é aquela que vem pela fé no evangelho que, historicamente, fora primeiramente pregado pelos apóstolos cristãos de Jerusalém; pela fé, isto é, no Cristo de Deus que morreu por nossos pecados, de acordo com as Escrituras do Antigo Testamento, foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, de acordo com as Escrituras, bem no lado

de fora da cidade de Jerusalém.

Ainda hoje essa continua sendo a marca indispensável do verdadeiro evangelho, e a única base da verdadeira experiência espiritual.

7

O Verdadeiro Significado de Conversão

Está evidente em cada página da história de Lucas que o cristianismo inicial se espalhou por fazer convertidos. Talvez não seja tão óbvio hoje o que o termo *conversão* realmente significa, pois, nos séculos intermediários, a questão se tornou confusa.

Na Idade Média, por exemplo, os reis pagãos, professando conversão ao cristianismo, algumas vezes forçavam seus súditos a se submeterem ao batismo, uma vez que pensavam que, simplesmente realizando esse rito, as pessoas imediatamente se tornariam todas cristãs, querendo ou não. Métodos mais extremos foram usados em uma data posterior. Aos judeus na Espanha, por exemplo, foi dada a escolha de se converterem ao cristianismo ou serem queimados na fogueira. Porém, esse tipo de atitude não é o que o cristianismo inicial entendia por conversão. Toda conversão forçada, seja a uma religião ou a uma ideologia política, é, naturalmente, tiranicamente ruim. A conversão forçada ao cristianismo é, além

disso, uma contradição em termos, pois o cristianismo insiste na integridade do julgamento moral individual e na liberdade de escolha.

Uma segunda confusão que surgiu nos tempos pós-apostólicos era que, se uma nação ou uma família se convertesse ao cristianismo, seus descendentes não precisavam se converter: eles eram cristãos automaticamente e permaneciam assim, a menos que optassem pessoalmente por não ser.

Uma terceira confusão, muito mais geral hoje, é que todas as pessoas, em toda parte, sendo criaturas de Deus, são também filhos de Deus e não necessitam de conversão. Porém, Cristo mesmo enfatizou a distinção entre o nascimento físico – pelo qual nos tornamos criaturas de Deus – e o nascimento espiritual – pelo qual nos tornamos filhos de Deus. Não temos nenhuma escolha quanto ao nosso nascimento físico; mas, de acordo com Cristo, nosso renascimento espiritual só é possível pelo arrependimento cômico e pessoal e pela aceitação dele como Salvador e Senhor (veja 1 João 1:8-9; João 3:1-16).

Nesse contexto, a narrativa de Lucas é particularmente instrutiva. Ele não nos conta apenas que, de tempos em tempos, multidões de pessoas se converteram; mas, em Atos 8:4-9:30, relata a conversão de dois indivíduos muito diferentes, um deles um pagão politeísta da Etiópia e o outro um judeu monoteísta profundamente religioso. Ambos precisavam de conversão, e ambos a experienciaram. A imagem detalhada e em câmera lenta de Lucas nos permite ver os estágios cruciais em seu renascimento espiritual.

O primeiro elemento na conversão do politeísta foi a pura atratividade da fé monoteísta de Israel. O Deus de Israel era o Criador e Sustentador do universo; os muitos deuses do paganismo eram um pouco mais do que personificações e divinizações das forças e dos processos da natureza. O Deus de Israel era transcendente acima de todas as causas e forças do universo, e o homem, sendo criado à sua imagem, era da mesma forma superior a elas em significância. No paganismo, os homens mortais eram um pouco mais do que escravos, ou mesmo brinquedos, dos deuses – destinados a serem descartados quando os deuses perdessem o interesse neles, ou abandonados à sua sorte, a que nem mesmo os deuses poderiam resistir. O etíope havia compreensivelmente se cansado desses absurdos; e logo antes de o evangelista cristão Filipe encontrá-lo, ele estivera em Jerusalém para buscar e adorar a Deus no templo judeu.

Assim, voltar-se do politeísmo – ou, em outro caso, do ateísmo – para a crença na existência do Único e Verdadeiro Deus, é obviamente um primeiro passo necessário na conversão. Porém, essa não é toda a história, pois esse passo, por si mesmo, deixa sem resposta a pergunta mais importante: como o homem pode se aproximar de Deus e encontrar um relacionamento pessoal correto e satisfatório com ele?

O próximo elemento, então, na conversão do etíope era sua busca pessoal por Deus através da leitura da Bíblia. Em Jerusalém, aparentemente, ele obteve uma cópia da profecia de Isaías no Antigo Testamento, que falava eloquentemente do plano de Deus para a redenção, não apenas de Israel, mas de toda a humanidade. Essa redenção, Isaías predisse,

seria alcançada por uma grande Figura Messiânica chamada de o Servo do Senhor, que Deus enviaria ao mundo. Ele reinaria como rei universal, derrubaria o mal, baniria a guerra, estabeleceria justiça e paz por todo o mundo, traria salvação a Israel e às nações, e, finalmente, restauraria toda a criação.

Não havia nada no paganismo que se comparasse a essa esperança, assegurada como era pelo amor, pela racionalidade e pelo poder do Criador. Porém, ainda mais impressionante era a predição de que essa Figura Messiânica sofreria rejeição, tortura e morte como forma de alcançar a redenção prometida! O que isso poderia significar?

Quando Filipe o encontrou, o etíope havia chegado à exata passagem em Isaías que predissera os sofrimentos inocentes e não retaliatórios do Messias: *“Como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca. Em sua humilhação foi privado de justiça... sua vida foi tirada da terra”* (Isaías 53:7-8). Filipe era capaz de contar ao etíope que essas profecias não só se referiam a Jesus como haviam sido cumpridas por ele e que sua ressurreição dentre os mortos mostrara que Jesus, o Sofredor Inocente, era, de fato, o Rei-Messias prometido, Filho de Deus e Redentor.

Milhões sentiram o poder dessa história de Jesus, o Rei divino que sofreu inocentemente e sem retaliação, que até mesmo orou por aqueles que o crucificaram. Mas o que isso significa para nós e para o mundo como um todo? Será que, se cada um no mundo seguisse o exemplo de Cristo e aceitasse sem revidar o sofrimento que vem sobre si por causa de seus próprios pecados

e daqueles das outras pessoas, então, aceitando esse sofrimento, o mundo inteiro seria redimido?

Certamente é verdade que, uma vez que as pessoas se tornam discípulos de Cristo, elas são chamadas a seguir o exemplo de Cristo e, nas diversas situações da vida, a sofrer sem revidar (1 Pedro 2:21-24). Mas devemos encarar as realidades desse mundo decaído.

Os dois mil anos desde a morte e a ressurreição de Cristo infelizmente mostraram que se trata de uma esperança completamente irrealista pensar que o mal, se não retaliado, irá, como um furacão, extinguir-se e tornar-se uma força esgotada.

Obviamente os meros sofrimentos não retaliatórios dos inocentes no presente ou no futuro não podem reparar as injustiças do passado. Na verdade, a Bíblia diz claramente que somente a Segunda Vinda de Cristo em poder, para executar os julgamentos de Deus sobre esse mundo mau e estabelecer seu próprio reino universal, pode fazer isso. A realidade da situação é essa; até que os homens e as mulheres sejam convertidos, eles não terão nem o poder nem a disposição de seguir o exemplo de sofrimento de Cristo.

Qual, então, é a relação de seu sofrimento com a conversão? Para descobrir, precisamos seguir todo o caminho da exposição do evangelho por Filipe. Começando com os versículos que falavam dos sofrimentos não retaliatórios de Cristo (porque esse é o ponto que o etíope alcançara em sua leitura), Filipe certamente chegou a expor os versículos restantes dessa profecia. Eles conversaram daqueles mais profundos sofrimentos substituintes de Cristo, pelos

quais homens e mulheres podem ser individualmente reconciliados com seu Criador. De acordo com Isaías, não seria por seguirmos o exemplo de Cristo e por nós mesmos sofrermos que obteríamos perdão, paz com Deus e vida eterna. *“O castigo que nos traz a paz estava sobre ele”*, diz o profeta – não sobre nós. É pelas suas feridas, não pelas nossas próprias, que somos sarados.

Todos nós, como ovelhas, nos perdemos, e o Senhor fez cair nossas iniquidades sobre ele, não sobre nós. Deus irá fazer de sua alma um sacrifício pelo pecado, disse o profeta; e a metáfora que ele usou, formulada como era a partir do sistema sacrificial simbólico de Israel, pôs a questão fora de dúvida. Quando um antigo israelita trazia um animal inocente como sua oferta pelo pecado, o animal morria, mas não como um exemplo de como o pecador deve, em troca, sofrer pelos seus próprios pecados e, desse modo, encontrar perdão; ele morria como um substituto no lugar do pecador, para que o pecador não tivesse que sofrer ele próprio a pena do pecado e morrer.

A doutrina da reconciliação com Deus pelos sofrimentos substituintes de Cristo nem sempre atraía a todos como boas novas. É difícil para o nosso orgulho aceitar que somos pecadores com necessidade de salvação. Mas, se pudéssemos ganhar, ou contribuir para nossa salvação, sofrendo por nossos próprios pecados e pelos pecados dos outros, isso pouparia pelo menos um pouco de nosso orgulho.

Contudo, o orgulho humano e a independência de Deus são a raiz do nosso problema; nenhum paraíso pode ser alcançado até que eles sejam erradicados. Quando chegamos a ver e a aceitar que não passamos

de falidos espirituais, que só podem ser perdoados exclusivamente pela graça de Deus mediante os sofrimentos substituintes de Seu Filho, a raiz de nosso orgulho é cortada, e nosso relacionamento com Deus é transformado. Assim aconteceu com o etíope que, sob esses termos, foi convertido, se batizou e continuou seu caminho, regozijando-se.

Nesse mesmíssimo capítulo de Isaías que levou o etíope à conversão, o profeta predissera que, pelo seu conhecimento, o Servo justo de Deus, o Messias, justificaria a muitos (53:11). E o segundo caso de conversão individual que Lucas registra aqui é o de Saulo de Tarso, o homem que, posteriormente, como o Apóstolo Paulo, escreveu tão extensivamente sobre a doutrina cristã fundamental da justificação pela fé. Ele aprendera o significado de justificação e sua necessidade, não apenas pela Bíblia, mas pela sua própria experiência pessoal.

Em toda a sua vida, ele fora um homem estritamente monoteísta e profundamente religioso, que fizera uma tentativa honesta (e, como considerava, com êxito) de guardar as leis morais e religiosas de Deus. Entretanto, foi o seu zelo por Deus que o fez perseguir os cristãos por causa da afirmação, considerada por ele blasfema, de que Jesus estava à altura de Deus! Porém, quando o Senhor ressurreto lhe apareceu na estrada de Jerusalém a Damasco, isso produziu três revoluções radicais em seu pensamento e em seu comportamento.

Em primeiro lugar, isso expôs o fato que, apesar de seu monoteísmo estrito – ele sempre crera na existência de um Deus Único e Verdadeiro – no único sentido que realmente importava, ele não era um crente em

Deus de qualquer modo, e nunca havia sido! Ele agora sabia que o Jesus a quem estivera perseguindo era Deus Encarnado; portanto, suas próprias ações demonstravam que ele era não só um incrédulo, como um inimigo de Deus.

Em segundo lugar, isso expôs o fato de que todo o seu esforço para guardar as leis de Deus era inútil. Ele acabara em seu assassinato do Filho de Deus! Ele estava tão perdido quanto qualquer pagão politeísta. Ele agora viu, com uma claridade ofuscante, que, se alguma vez ele fosse justificado e aceito por Deus, teria de ser unicamente por meio da fé; em que *fé* significava, como ele mais tarde expressou, *“sendo justificados gratuitamente, por sua graça... o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei... Ao que não trabalha, porém crê naquele (Deus) que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça”* (veja Romanos 3:24-4:5).

Em terceiro lugar, sua conversão teve um resultado significativo. Antes de sua conversão, quando ele acreditava que a salvação dependia de seu mérito, ele era um fanático egoísta e perseguidor, que não se importava com a salvação do mundo externo ao judaísmo. Porém, quando descobriu que a salvação não é por mérito, mas pela fé, ele nunca mais perseguiu ninguém. Pelo contrário, ele se tornou o maior de todos os primeiros missionários cristãos. Não é exagero dizer que, pela sua exposição oral e escrita da doutrina da justificação pela fé, muitos milhões no mundo todo, até o dia presente, encontraram liberdade espiritual e paz com Deus.

8

O Verdadeiro Internacionalismo

O racismo é, certamente, um dos piores males que já afligiram a humanidade. Talvez haja uma centelha de orgulho racial instintivo em cada um de nós, mesmo que nunca rompa em discriminação contra minorias, perseguição concreta ou a chamada limpeza étnica. Porém, antes deste século, o racismo deliberadamente se formalizou em rigoroso sistema de conceito político, mergulhando a Europa e a Ásia em uma terrível conflagração.

O primeiro estágio veio no século XIX, com pensadores, como o conde de Gobineau, da França, que defendia que, das três principais raças no mundo, somente a branca era verdadeiramente nobre e, entre os brancos, a raça ariana era superior.

Em seguida, veio James Hunt, fundador da Sociedade Antropológica de Londres. Ele ensinava que os aspectos morais e intelectuais de uma pessoa eram tanto qualidades raciais como o eram o tamanho e o formato do crânio; que todas as qualidades raciais

eram inatas e imutáveis e que, portanto, a crença na “igualdade de toda a humanidade” era um preconceito não científico que deveria ser abandonado.

A essa trama já perigosa, pensadores como Vacher de Lapouge, da França, e Otto Ammon, da Alemanha, adicionaram o veneno mortal do darwinismo social. Eles proclamaram ser uma lei da natureza que, na luta pela vida, as raças com as qualidades mais aptas sobreviveram e se tornaram dominantes, enquanto outras raças mais fracas foram subjugadas ou eliminadas. Para eles, era evidente que a raça ariana era a mais apta de todos os modos e, por isso, estava predestinada, pelas irresistíveis leis deterministas do universo, a ser superior a todas as demais.

O resultado de tais teorias foi, como o Prof. Z. Sternhill aponta, uma desvalorização imediata e catastrófica dos seres humanos de modo geral. Como não mais se acreditava que a vida humana havia sido criada à imagem de Deus, ela não era considerada sagrada. Milhões poderiam ser eliminados, sem motivo para queixas. Era a lei da natureza que somente o mais apto deveria sobreviver.

Por fim, vieram teóricos como o notório inglês germanizado, H.S. Chamberlain. Ele pregou que a raça judia era má e uma ameaça à sociedade mundial e que os alemães eram as pessoas escolhidas, destinadas pela natureza a eliminar essa ameaça. Tais ideias intoxicaram e enlouqueceram Hitler, com resultados que conhecemos bem.

O antissemitismo não é o único mal que o racismo produziu, mas, infelizmente, ele tem sido um borrão frequente demais na história da cristandade. É verdade

que, desde o começo, como a história de Lucas mostra, o cristianismo foi obrigado a divergir do judaísmo sobre diversas questões fundamentais e, em particular, sobre a questão da raça. No judaísmo, a raça era vitalmente importante; no cristianismo, irrelevante. Para entender essa diferença, no entanto, precisamos primeiramente tentar ver por que a questão da raça era (e é) tão significativa para os judeus e, então, permitir que Lucas nos mostre por que, e em qual sentido, o evangelho cristão proclama que em Cristo *“não pode haver judeu nem grego... porque todos vós sois um em Cristo Jesus”* (Gálatas 3:28).

A nação de Israel (eles só foram chamados de judeus posteriormente na história) era comparativamente recém-chegada entre as nações do mundo antigo. Porém, desde o início, a nação afirmava – de acordo com o Antigo Testamento – ser uma raça especial, destinada não pelas forças deterministas e automáticas do darwinismo social, mas do próprio Criador, a desempenhar um papel único na história. A afirmação é crível, pois, durante muitos séculos, Israel fora, em especial, literalmente único. Todas as outras nações, por mais brilhantes nas artes civilizadas, administração e engenharia, afundaram nas degradantes absurdidades do politeísmo, adorando as forças divinizadas da natureza: o deus sol, a deusa lua, o deus da fertilidade e similares.

Por um vívido contraste, Israel – e não apenas alguns pensadores avançados entre eles, mas a nação como um todo – sobressaía-se solitário e distinto em seu testemunho ao Deus Único e Verdadeiro, transcendente acima do universo e de todas as suas forças, o Criador e Sustentador de tudo. É compreensível, então, que

Israel tenha considerado seu monoteísmo superior ao animismo e ao politeísmo das outras nações; mas sua doutrina monoteísta, em contraste à teoria ariana de superioridade, não indicava que os israelitas eram uma super-raça. Exatamente o contrário. A doutrina da criação do Antigo Testamento de Israel ensinava que todos os homens em toda parte, de qualquer raça, são criaturas de Deus, feitas à sua imagem.

A esse respeito, todos são iguais; cada indivíduo e cada raça, mesmo o mais fraco, e não apenas o mais apto, é igualmente valioso e significativo. Toda vida humana é sagrada.

Além disso, o Antigo Testamento repetidamente afirma que o chamado de Deus a Israel para preencher seu papel único na história não lhe fora dado primariamente para o interesse próprio de Israel, mas para que, por meio de Israel, todas as outras nações na Terra consequentemente fossem abençoadas. Um dia, por meio de Israel, Deus enviaria o Messias judeu para ser o Salvador do mundo, e, quando ele viesse, milhões de gentios encontrariam salvação por ele.

Entretanto, para os judeus, ser membro desta raça única, com seu papel único, era completamente importante. Se os gentios se convertessem do paganismo para a fé em Deus, eles poderiam, naturalmente, ser adotados, por assim dizer, à raça judaica. Porém, para isso acontecer, os homens teriam de se submeter ao rito judaico da circuncisão, o emblema da descendência espiritual, se não física, de Abraão, o ancestral da raça judaica; e tanto os homens como as mulheres teriam de se submeter às leis alimentares e de pureza judaicas, o que tornou difícil, se não impossível, o contato social

irrestrito com outros gentios. Alguns se submeteram, como Helena, a Rainha de Adiabena, e seu filho Izates. Porém, muitos outros se ressentiram profundamente com isso, pois parecia uma forma de racismo religioso intolerante, que defendia que os judeus eram por natureza melhores do que todas as outras raças.

De fato, não era assim. Pais que proíbem sua filha adolescente de comparecer a festas nas quais alguns usam drogas não estão dizendo que sua filha é por natureza melhor do que os outros adolescentes. Eles estão admitindo que ela é naturalmente tão fraca quanto o resto, e, se não for protegida da mistura com viciados em drogas, pode sucumbir à igual pressão.

Assim acontecia com Deus e Israel. O mundo gentio ao redor deles abundava em todos os tipos de perversão sexual, infanticídio, fraude, opressão comercial, social e política, crueldade e assassinato. Deus, portanto, estabeleceu as leis alimentares e de pureza para servirem como defesas de perímetro em volta dos judeus a fim de proteger a cidadela interior dos valores sociais e religiosos do judaísmo. A queixa constante de seus próprios profetas do Antigo Testamento era que, quando Israel desdenhava essas leis, isso levava à transigência com as decadentes práticas gentílicas e ao desastre moral e espiritual.

Não foi, então, nada insignificante quando, como Lucas nos conta, os primeiros cristãos, eles próprios judeus, abandonaram essas defesas, essas regras e esses regulamentos. Naturalmente, eles não abandonaram o monoteísmo de Israel ou os padrões morais da lei de Israel. Mas eles abandonaram a preocupação de Israel quanto aos privilégios especiais de sua raça.

Eles derrubaram as barreiras entre judeus e gentios e declararam que, por Cristo, Deus estava fazendo uma coisa nova no mundo. Ele estava reconciliando tanto os judeus como os gentios, primeiramente consigo mesmo e, então, um com o outro por meio de um mesmo Cristo. Ele estava criando um “novo homem”, uma comunhão pelo mundo, na qual a raça era irrelevante, e o amor mútuo reinava no lugar da hostilidade.

As implicações mundiais dessa mudança eram significativas, e Lucas não tardou a reconhecê-las. Ele, de fato, dedicou uma seção inteira de sua história para descrever o incidente que foi o catalisador em provocar a mudança (Atos 10:1-11:18).

As primeiras coisas a partir foram as leis alimentares e as regras do ritual de purificação, que inibiam a comunhão social entre judeus e gentios. Cristo mesmo apontara que os rituais de ablução externa são, afinal, apenas símbolos. Eles não podem alcançar ou limpar a corrupção do coração humano; mas podem se tornar um substituto moralmente, além de cegar os olhos de alguém para sua real impureza moral e espiritual. Cristo, portanto, com autoridade divina, aboliu as leis alimentares e as regras do ritual de purificação (Marcos 7:1-23). E, quando o apóstolo Pedro foi convidado por um centurião romano devoto a visitá-lo em sua casa para explicar o evangelho cristão, Deus interveio com uma vívida lição objetiva a fim de confirmar diretamente a Pedro que ele agora era livre para ir e para comer com os gentios.

Então, Deus ensinou a Pedro outra lição mais fundamental. Muitos judeus haviam caído na armadilha de pensar que, apesar de seus pecados

pessoais e nacionais, seu papel privilegiado significava que eles eram, por definição, melhores do que os gentios e que, por mais nobres e moralmente corretos que os indivíduos gentios fossem, todavia, sendo gentios, eles eram, por definição, impuros e pecaminosos. Pedro precisou ser ensinado que não existe tal coisa de seres humanos de primeira classe e de segunda classe: ninguém, qualquer que seja a sua raça, deve ser considerado, por definição, comum ou impuro (10:28).

Então, essas duas lições já haviam preparado Pedro, o judeu, e seus amigos judeus para irem e permanecerem lado a lado com os gentios na plataforma de sua humanidade comum. Mas foi o evangelho de Jesus – o Filho de Deus, crucificado e ressurreto – que uniu seus corações judaicos e gentios. É aos pés da cruz de Cristo que os judeus e os gentios descobrem sua culpa comum. Essa cruz declara que, independentemente de termos pecado muito ou pouco, não há nenhuma diferença entre qualquer um de nós a esse respeito, que todos pecamos e estamos destituídos da glória de Deus. Podemos ser justificados, mas somente pela graça de Deus, sem merecimento, tornada disponível para nós por Cristo e pela redenção alcançada por seu sacrifício pelo pecado. A cruz de Cristo, por meio da mesma salvação que oferece a nós, proclama todos nós falidos moralmente, sem nenhuma razão para nos vangloriarmos uns sobre os outros (Romanos 3:21-31).

É pela ressurreição de Cristo que os judeus e os gentios também descobriram quem seria seu Juiz comum (Atos 10:42) e sua necessidade comum de salvação. E é pela ressurreição de Cristo que os judeus e os gentios podem receber o perdão dos pecados, exatamente sob os mesmos termos, a saber, pela

simples fé, direta e pessoal no Senhor Jesus, que está vivo (10:43).

Havia mais. Quando Cornélio e seus amigos gentios depositaram sua fé em Jesus, Deus lhes deu seu Espírito Santo, do mesmo modo que ele fez antes a Pedro e a seus companheiros judeus que creram (11:15-18). Para a surpresa deles e, então, para sua exuberante alegria, esses judeus e gentios descobriram que estavam agora compartilhando uma vida comum, nada menos que a vida do Espírito Santo habitando neles, o que automaticamente os tornou uma unidade espiritual, um corpo no Senhor. Isso era, para eles, um fim imediato do racismo, o amanhecer do verdadeiro internacionalismo.

Ainda hoje, essa é a base e o poder daquela unidade mundial que liga todos os verdadeiros crentes em Cristo sem considerar a raça. E é esse mesmo poder do Espírito Santo habitador, mais propriamente do que um sistema de leis alimentares, rituais e segregação social, que permite que os verdadeiros crentes resistam às pressões de um mundo pecador e vivam uma vida de santidade genuína e crescente.

Realisticamente demais, entretanto, essa fatia gloriosa de história do livro de Atos de Lucas termina com uma observação sombria. O estabelecimento ortodoxo do judaísmo em Jerusalém fora assombrado pelo modo como os cristãos aparentemente estavam desperdiçando os privilégios judaicos e se unindo aos gentios sem exigir que os gentios se tornassem judeus. O estabelecimento, conseqüentemente, foi conivente com Herodes quando ele usou seu poder político para banir e perseguir os líderes e pregadores cristãos

(12:3). Isso, no entanto, não é razão para os cristãos se sentirem superiores àqueles judeus antigos. De tempos em tempos, no decurso dos séculos, o cristianismo decadente usou as mesmas táticas contra aqueles que eram considerados seus inimigos. A melhor reação seria primeiro aprender de Lucas o que é o verdadeiro cristianismo e, em seguida, abraçando-o, renunciar a todo racismo de qualquer tipo e a todas as tentativas de discriminação política por causa da religião.

9

A Luta contra a Opressão Religiosa

Uma das características mais feias na história de nosso lamentável mundo certamente tem sido a miséria e a opressão causadas pela religião. Os ateus geral e corretamente apontam que, como o antigo poeta romano Lucrécio afirma, “muitas vezes, a religião deu origem a feitos pecaminosos e impuros”. A particular barbaridade citada por Lucrécio se refere ao sacrifício que Agamemnon fez de sua filha virgem, Ifigênia, sobre o altar da deusa pagã Ártemis, para ganhar o favor da deusa. Mas as superstições pagãs não foram as únicas, ou as piores, culpadas. A cristandade tem seu registro vergonhoso também: as cruzadas pelas nações assim chamadas contra os infiéis, e as incontáveis queimas e torturas dos supostos hereges, tudo isso em pura oposição à própria proibição de Cristo quanto ao uso de violência para promover ou proteger seu reino. Na Inglaterra, por diversas vezes, monarcas professos cristãos até mesmo queimaram pessoas na fogueira por possuírem e lerem as palavras

de Cristo na Bíblia!

A própria Bíblia, naturalmente, protesta contra esse tipo de ato tão ruidosamente quanto qualquer ateu. Cristo mesmo lamentou a longa história de perseguição aos profetas de sua própria nação judaica; ele expulsou do templo aqueles que estavam explorando a religião com o propósito de fazer dinheiro e, por meio disso, oprimir o pobre; ele denunciou certos profissionais religiosos (fariseus) que externamente pareciam ser homens santos, mas, por dentro, eram moralmente corruptos e, enfim, com total imparcialidade, ele alertou seus discípulos que, de tempos em tempos, surgiriam em seu próprio reino e igreja, homens de alto ofício que bateriam em seus companheiros servos e viveriam uma vida imoral e autoindulgente (Lucas 12:45-46). O fato é que a religião nas mãos dos homens que nunca provaram uma regeneração pessoal muitas vezes pode fomentar as piores características da natureza caída do homem. Da mesma forma, a ideologia política, quando adotada como uma fé quase religiosa, frequentemente produziu terríveis exemplos do mesmo tipo.

Graves como todos esses escândalos são, entretanto, eles evidentemente são corrupções da verdadeira religião. Mais perigosas, porque não tão evidentemente erradas, são as doutrinas e as práticas que parecem ser religiosamente respeitáveis, mas, se adotadas, tornariam o mesmo evangelho de Cristo em uma forma de escravidão espiritual, menos lúgubre que outras perversões, como acabamos de considerar, mas fundamentalmente mais grave. Na verdade, na próxima seção de Atos (12:25-16:5) encontra-se uma das maiores preocupações de Lucas em registrar a reação dos apóstolos às primeiras tentativas de incorporar

tais doutrinas e práticas no cristianismo.

Lucas nos conta (15:5) que certos “crentes” (embora ele não diga em qual sentido eles haviam crido – de certo eles acreditaram que Jesus era o Cristo, o Filho de Deus, e isso, naturalmente, era bom!) começaram a interpretar erroneamente os termos e as condições da salvação, de modo que Pedro declarou que seu ensinamento colocaria *“um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós”*. Pedro considerava a imposição de tal escravidão espiritual sobre as pessoas, quando todo o propósito do evangelho é libertá-las, equivalente a *“tentar a Deus”* (15:10). Fortes palavras! Mas elas são equiparadas pelo fervor do apelo de Paulo aos cristãos na Galácia, quando foram mais tarde perturbados por interpretações similarmente errôneas do evangelho: *“Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais, de novo, a jugo de escravidão”* (Gálatas 5:1).

Nessa sequência, Lucas primeiro nos dá um resumo do que Paulo pregou, na sinagoga judaica em Antioquia da Pisídia, sobre o tema da salvação (13:14-41). Paulo deixa claro que o que Deus está oferecendo à humanidade por meio de Jesus Cristo é primariamente uma salvação que liberta as pessoas: *“Deus trouxe a Israel o Salvador que é Jesus... a nós nos foi enviada a palavra desta salvação... para salvação até aos confins da terra”* (13:23, 26, 47).

Mas salvação em qual sentido? Para ilustrar esse ponto, Paulo lhes lembra que sua nação já havia experimentado a salvação de Deus em vários níveis. Quando eles foram forçados a trabalhar como estrangeiros, sem direitos civis, nos campos de

trabalho escravo do Egito antigo, salvação significava se libertar da tirânica opressão econômica, social e política. Também significava liberdade para a autodeterminação como uma nação, e liberdade para adorar e servir a Deus de acordo com sua consciência. Mais tarde, quando a transigência com a idolatria, a imoralidade e os maus hábitos das nações circundantes conseqüentemente os levaram a ser dominados por elas, salvação significava libertação das conseqüências escravizantes de suas próprias práticas pecaminosas e desobediências contra Deus.

Então, agora, com Jesus Cristo, o descendente do libertador prototípico de Israel, Rei Davi, a salvação significa libertação e liberdade. Mas de quê?

Primeiro de tudo, do inimigo universal da humanidade, a morte (13:32-37). Pois qual é o sentido máximo da existência, se todas as nossas liberdades sociais e políticas, todo o nosso progresso para uma nova ordem mundial, somente conduzem cada indivíduo, cada nação, cada civilização e todo o universo à frustração emocional e intelectual da morte inexpressiva e universal? Pela ressurreição de Jesus Cristo, Deus demonstrou que o universo não é um sistema fechado de causa e efeito internos. Um dia, ele será restaurado e liberto de suas amarras do declínio e da corrupção.

Maravilhosas boas novas, então – mas muitas pessoas não acham isso. O instinto lhes diz (e a Bíblia confirma) que, se houver uma ressurreição de toda a humanidade, haverá também um Julgamento Final. Tem de haver. A ideia de que Deus irá ressuscitar toda a humanidade para uma vida eterna gloriosa

e simplesmente ignorar os pecados e as injustiças cometidos nesta vida é evidentemente um conto de fadas, privado de sentido moral. Porém, é esse medo de um dia ter de estar diante de Deus como Juiz que faz a religião parecer opressiva para muitas pessoas, de modo que elas preferem pensar que não haverá nenhuma ressurreição. Paulo sabia bem disso; a congregação na sinagoga de Antioquia tinha suas próprias razões pessoais, como todos nós temos, de temer um julgamento após a morte; mas, além disso, seus conterrâneos em Jerusalém e seus líderes religiosos haviam crucificado Jesus por animosidade religiosa. Sua ressurreição, eles devem ter sentido, carregaria implicações terríveis demais para se contemplar.

É nesse contexto histórico, então, que a relevância do segundo elemento na salvação é mais claramente vista. Nenhuma reiteração das demandas da lei da parte de Deus poderia ter mudado a hostilidade nos corações dos que haviam crucificado seu Filho. Nenhuma promessa, da parte das pessoas, de tentar manter a lei de Deus no futuro poderia remover a culpa de seus pecados e tornar possível para Deus apenas perdoá-lhes com justiça. O evangelho é este: que Deus mesmo se encarregou da tarefa de remover esse impasse espiritual.

Nesse ponto fundamental da história mundial, Deus usou o ensejo da hostilidade do homem contra seu Filho para fazer o que os profetas do Antigo Testamento haviam predito que ele faria (13:27-35). Em seu amor, Deus, na pessoa de seu Filho, tomou sobre si a pena do pecado humano, exigida por sua santidade, a pagou pelo seu próprio sofrimento, tornando, assim, o perdão possível a todos que se arrependessem e

cressem. E não somente perdão – pois poderia ser interpretado simplesmente como perdão deste ou daquele pecado em particular, ou mesmo o pecado isolado de crucificar Cristo – mas “*justificação de todas as coisas*”; o que é dito ser algo que ninguém poderia alcançar, nem mesmo pelos mais sinceros esforços para manter a lei de Deus dada através de Moisés (13:39).

Quando, em nossa língua, dizemos que a ação de alguém foi justificada, estamos declarando que ele estava certo de fazer o que fez e que aprovamos sua ação. Novamente, se alguém é acusado de um crime e, no julgamento, a corte o justifica, isso significa que a corte o declara inocente da culpa trazida contra ele. Mas, quando a Bíblia diz que Deus justifica aqueles que creem, isso claramente não significa que Deus aprova tudo o que eles fizeram, nem mesmo que Deus considera a maior parte de sua vida aceitável. E certamente não significa que Deus os considera inocentes, pois Deus declara todos pecadores culpados.

O que a palavra “justificar” significa, então, na Bíblia? A famosa declaração no Novo Testamento que “*Deus justifica o ímpio*” (Romanos 4:5) muito obviamente não significa que Deus considera a impiedade como um comportamento inocente, nem mesmo como aceitável de forma geral. Isso, então, significa, talvez, que Deus torna o homem ímpio em justo, mudando-o e transformando-o gradualmente de pecador em uma “boa pessoa”? Não! Deus certamente o faz para todos os que verdadeiramente creem; mas, na Bíblia, o processo pelo qual ele o faz é chamado não de justificação, mas de santificação. E a diferença de significado não é uma questão de perder-se em minúcias. A santificação é, necessariamente, um longo

processo formulado, envolvendo bastante esforço da parte do homem e, muitas vezes, considerável sofrimento. E os padrões de santidade de Deus são tamanhos, que, com todo o realismo, ele nos lembra de que nunca seremos perfeitos nesta vida. No fim da vida, todos ainda merecemos seu veredito: “*todos pecaram [no passado] e (ainda) carecem da glória de Deus [no presente]*” (Romanos 3:23).

Se, então, a aceitação de Deus dependesse de nosso progresso na santidade, ninguém poderia ter certeza nesta vida da aceitação final de Deus; e ninguém com qualquer conceito dos padrões de Deus ousaria presumir isso. E, visto que uma pessoa não desfrutar da aceitação de Deus é o desastre máximo, a tentativa de ganhar aceitação pelo progresso na santidade, perseguida pela consciência constante e inevitável de estar destituído, transformaria todo o procedimento em uma tarefa impossível, em um tipo de escravidão. Seria como dizer a um adolescente que houvesse pega o carro novo de seu pai sem permissão e o arruinado em um acidente, que ele precisaria restaurá-lo à sua perfeição original e que, até que a restauração estivesse completa, ele não poderia ter certeza do amor, do perdão e da aceitação irrestritos de seu pai. Um rapaz consciencioso seria opressivamente consumido pelo que seria, para ele, uma tarefa impossível. Um rapaz menos consciencioso se tornaria um rebelde. Essas são precisamente as posições nas quais muitas pessoas se encontram em relação a Deus!

Quão diferente seria se o pai primeiro assegurasse ao rapaz que ele já estava completamente perdoado e que sua aceitação não dependeria de seu sucesso na reparação do carro; mas que, com a confiança de já

ser aceito, se esperava dele a cooperação com seu pai no reparo do carro e fazendo-o mais e mais de acordo com que crescesse. É exatamente isso que Deus faz pelas pessoas quando, no sentido bíblico da palavra, ele as justifica. A justificação não é o longo processo de consertar os destroços de nossa vida. É a declaração instantânea, feita por Deus no momento em que a pessoa se arrepende e crê que Deus lhe perdoa e aceita agora e para sempre. A aceitação de Deus não depende do sucesso dessa pessoa em consertar os destroços; ela já está livre, agora e para sempre, de qualquer culpa que a lei sagrada de Deus poderia trazer contra ela. Agora, com essa confiança, espera-se que ela, em comunhão com Deus, inicie o longo processo de desenvolvimento de uma vida santa.

Porém, alguém diz: como pode ser isso? Como Deus pode declarar que um homem está livre de qualquer culpa que a lei de Deus poderia trazer contra ele enquanto o próprio homem, por mais que sincero, ainda é um pecador e longe de ser perfeito? O princípio de acordo com o qual Deus pode fazê-lo é enunciado por Paulo em sua Epístola aos Romanos (6:7). Precisamos, mais uma vez, ser cuidadosos ao traduzir o grego de Paulo exatamente. O que ele diz é (traduzido literalmente): “O homem que morreu foi justificado do pecado”.

Suponha um país no qual o assassinato seja uma transgressão capital. Enquanto um assassino vivesse, ele estaria debaixo da condenação da lei e sujeito à sua penalidade. Mas, uma vez que fosse executado e pagasse a pena da lei, ele estaria justificado e sairia da jurisdição da lei para sempre. Assim, a pena de nosso pecado contra Deus era a eterna separação de Deus,

ou seja, a morte eterna. Nós nunca terminaríamos de pagar essa pena se a tivéssemos que pagar sozinhos. Mas o que nunca poderíamos fazer, Deus fez por nós em Cristo. Para todos os que confiarem em Cristo pela fé, Deus está graciosamente preparado para contar a morte de Cristo como suas mortes; e, assim, para eles, a pena da lei está paga, e eles podem ser declarados justificados.

Mas como pode ser justo uma parte inocente – Cristo – sofrer a pena da lei pelos pecados das outras pessoas? A resposta é que, nesse sentido, não é uma questão de Cristo morrer pelos pecados das outras pessoas. Considere o que acreditar em Cristo envolve. Isso não significa simplesmente acreditar que Jesus é o Filho de Deus. Significa se tornar um com ele. Assim como o casamento torna um homem e uma mulher fisicamente um, então, a Bíblia explica, qualquer um que deposite sua fé em Cristo e o receba se torna espiritualmente um com ele (1 Coríntios 6:17). Na verdade, Cristo não é apenas mais um ser humano. Ele é Deus e Homem, o grande Homem Representativo, que incorpora a si mesmo todos os que confiam nele. Na morte, ele carregou os pecados deles e pagou sua pena; ressuscitado dos mortos, compartilha com eles sua vida da ressurreição. Unidos a ele, eles são aceitos por Deus tão completamente quanto ele é e recebem o status permanente de filhos de Deus. E aqui reside o segredo de como é que a justificação pela fé não leva depois a um modo de vida irresponsável e relaxado. O crente se encontra ligado a uma parceria prática e viva com Cristo, com novos motivos e um novo poder para adotar uma santidade progressiva.

Porém, se provou difícil para algumas pessoas,

quando o evangelho fala da justificação pela fé, captar o que “fé” significa nesse contexto. Essa foi, por exemplo, a dificuldade que, de acordo com Lucas, existiu por trás da disputa nas primeiras igrejas, às quais nos referimos anteriormente. Alguns judeus que haviam chegado a acreditar que Jesus era o Cristo, o Filho de Deus, ainda achavam que o rito iniciatório da circuncisão seguido da observância das leis de Moisés era absolutamente necessário para a salvação (15:1,5). E, desde então, muitas pessoas, pensando que o batismo é o equivalente cristão da circuncisão judaica, sustentam que o batismo e a observância da lei de Deus são necessários e indispensáveis para serem salvos. O resultado inevitável de se crer nisso: ninguém pode saber, nesta vida, que é aceito por Deus, uma vez que ninguém pode saber se está observando a lei de Deus bem o bastante para fazer o que, de fato, é impossível de qualquer modo, a saber, se qualificar para a salvação. E assim, como Pedro declarou, eles transformaram o mesmo evangelho da liberdade em um jugo de escravidão. Lucas, sendo um historiador perceptivo, viu quão crucial era esse debate para a própria sobrevivência do evangelho cristão e cuidadosamente registrou por todo tempo o veredito unânime de desobrigação de todos os apóstolos: “*Cremos que fomos salvos (não pela circuncisão e pela observância da lei, mas) pela graça do Senhor Jesus*” (15:11).

10

A Inviolabilidade da Personalidade Humana

Em algum lugar no ano 49 d.C., Paulo, o apóstolo cristão, deu um significativo passo repleto de consequências imensuráveis para todo o mundo ocidental. Ele atravessou a Ásia e, pela primeira vez, pregou o evangelho em uma cidade europeia. Ele se meteu em problemas quase imediatamente. Havia na cidade um grupo de comerciantes que possuíam ou, no mínimo, administravam, uma médium habitada por um espírito. Paulo expulsou o espírito, o que colocou um fim nas remunerações que os comerciantes recebiam do público pelas consultas com a médium. Em consequência disso, como apoio da multidão enfurecida, eles arrastaram Paulo e seu companheiro, Silas, aos magistrados. *“Estes homens”, eles alegaram, “sendo judeus, perturbam a nossa cidade, propagando costumes que não podemos receber, nem praticar, porque somos romanos”.*

Deparados com a comoção civil, os magistrados não esperaram para conduzir uma investigação apropriada: eles fizeram os missionários cristãos

serem publicamente despidos, severamente açoitados e atirados em uma cela de alta segurança na prisão local (Atos 16:11-40).

Assim, obviamente a perda de renda é o suficiente para responder pela oposição dos comerciantes; mas será difícil explicar a fúria da multidão, que, em outras circunstâncias, poderia não necessariamente ter ficado tão perturbada pela visão de comerciantes prósperos sofrendo uma redução de sua renda. O fato é que a chegada dos missionários cristãos tocou três áreas de sua vida de um modo que, segundo sentiram instintivamente, ameaçava sua segurança e identidade pessoal. E, uma vez que o evangelho ainda pode afetar pessoas dessa forma, valerá a pena analisar essas causas em detalhes.

Primeiro, havia a cultura nacional. A cidade de Filipos, embora situada na Macedônia, era uma colônia romana independente da administração provincial circundante, com uma organização governamental moldada de acordo com a própria Roma. Seus cidadãos não eram apenas europeus; eram também cidadãos de Roma, e muito orgulhosos disso. Eles se vestiam como os romanos e frequentemente preferiam falar latim em vez de grego.

E os missionários não eram apenas asiáticos; eles eram judeus! A mera ideia de que judeus asiáticos imaginassem que poderiam ensinar aos cidadãos romanos de Filipos qualquer coisa era considerada um insulto à sua cultura ocidental superior. (Isso é irônico; pois hoje, em muitos países asiáticos, pessoas asiáticas consideram o evangelho uma religião ocidental e um insulto à sua cultura asiática superior!)

Porém, mais do que isso: em uma vasta sociedade cosmopolita internacional, como o império romano havia se tornado, as pessoas se apegariam à sua própria cultura nacional como meio de asseverarem sua identidade pessoal individual e de não se perderem em um mar uniforme e inexpressivo de humanidade. As pessoas ainda se sentem da mesma forma hoje. E onde um governo totalitário tenha suprimido a cultura local, como Franco, por muitos anos, suprimira o idioma catalão e a literatura na Espanha, é compreensível que, quando a supressão é removida, a cultura nacional local deva reafirmar-se e ressentir a intrusão da cultura estrangeira.

Além disso, deve-se admitir que, em muitas partes do mundo, os pregadores cristãos visitantes frequentemente falharam em distinguir entre as verdades fundamentais do evangelho e as práticas culturais, a música, a arquitetura, o estilo de apresentação e assim por diante, que reuniram em seus países natais. Ao fazerem isso, eles confundiram o próprio evangelho nas mentes de sua audiência estrangeira e provocaram ressentimento desnecessariamente.

Mas Paulo estava muito ciente desse perigo. Seu próprio respeito sensível pela cultura das outras pessoas é mostrado em uma carta que ele subsequentemente escreveu a outra cidade grega:

Porque, sendo livre de todos, fiz-me escravo de todos, a fim de ganhar o maior número possível. Procedi, para com os judeus, como judeu... para os que vivem sob o regime da lei [mosaica], como se eu mesmo assim vivesse... aos sem lei [mosaica], como se eu mesmo o fosse, não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo... fiz-me tudo

para com todos, com o fim de, por todos os modos, salvar alguns” (1 Coríntios 9:19-22).

Podemos estar certos, então, de que Paulo não atacaria ou tentaria suprimir nada que fosse bom e saudável na cultura filipense, nem tentaria impor qualquer coisa que fosse meramente cultural de sua própria experiência asiático-judaica.

Isso, entretanto, nos leva à segunda área na qual os filipenses se sentiram – ou disseram que se sentiram – ameaçados pelo evangelho cristão. As leis do Estado, eles afirmaram, tornavam ilegal para eles como romanos aceitar ou praticar os costumes judaicos. Assim, é compreensível que as pessoas que vivem sob rigorosos governos totalitários tenham receio de se meterem em dificuldades com as autoridades. A última coisa que desejariam fazer é serem pegas comparando a alguns encontros religiosos ilegais. Mas, nessa ocasião, seus medos eram verdadeiramente infundados. Nesse período particular na história (em distinção ao que ocorreria cerca de vinte anos mais tarde), nem o judaísmo nem o cristianismo foram banidos pelo governo romano. E embora, em teoria, o governo romano retivesse o direito de proibir seus próprios cidadãos de praticar religiões estrangeiras incompatíveis com a religião nacional de Roma, na prática, o governo não era exigente com seus cidadãos a esse respeito.

Por outro lado, o que era altamente ilegal – e com o que o governo imperial central se importava enormemente – era um magistrado açoitar um cidadão romano publicamente e enviá-lo para a prisão sem conduzir primeiro uma investigação completa

e apropriada. E Paulo, o missionário cristão, embora judeu, era também um cidadão romano, um semelhante de qualquer um em Filipos! Se a multidão em sua fúria ignorasse isso, os magistrados deveriam saber. Mas essa não foi a última vez que os magistrados e os juízes agiram de forma contrária à constituição e às leis de seu próprio país para colocar cristãos indesejados atrás das grades. Contudo, isso faz com que o apelo dos filipenses à lei não pareça completamente convincente.

Isso nos leva à terceira, e talvez a mais forte, razão pela qual os filipenses acharam que o evangelho cristão ameaçava sua segurança pessoal. A ação de Paulo de pôr um fim à habilidade da médium de predizer o futuro cortou uma fonte de orientação sobrenatural da qual muitas pessoas na cidade careciam. Elas achavam essa ajuda indispensável para o sucesso – na verdade, para a sobrevivência – nas severas condições do mundo antigo. E elas se ressentiram com Paulo por isso, ainda mais porque, quando ele chegou inicialmente, a médium lhe deu favoráveis boas-vindas e publicidade; mas Paulo rejeitou isso e expulsou o espírito. Naquele momento, isso deve ter feito o cristianismo parecer uma religião estrangeira cruel, puritana e interferente, que não possuía qualquer sentimento ou simpatia pelas necessidades psicológicas do indivíduo apanhado pelas atemorizantes complexidades da vida. Não se admira que a multidão estivesse furiosa.

Por que, então, Paulo fez isso? Precisamente por causa de sua compaixão e respeito pela sagrada inviolabilidade da personalidade humana. A médium havia sido invadida e assumida por um poder estranho. Pela descrição de Lucas como sendo um espírito de pitão, deduzimos que, quando o espírito

proferia suas profecias através dela, a voz que saía dela não seria sua voz normal, mas um som estranho e não natural. Isso deve ter impressionado os filipenses por ser uma evidência de alguma fonte sobrenatural das suas profecias. Mas, para Paulo, o cristão, isso não produziria nada além de compaixão pela mulher, repugnância à distorção de uma personalidade humana por um espírito maligno e pura indignação com o fato de comerciantes inescrupulosos “possuírem” um ser humano semelhante e fazerem dinheiro às custas de seu infortúnio.

Se isso fosse parte da cultura dos filipenses, então, essa parte era francamente maligna. Tente defendê-la e, pela mesma razão, você se encontrará defendendo os barões do tráfico e os traficantes de drogas, que fazem dinheiro às custas da destruição das mentes das pessoas – ou a prática (agora proibida) do sati na Índia, onde, sob a pressão da cultura circundante, uma viúva se sentia obrigada a sacrificar-se na pira funerária na cremação de seu marido.

E, então, Paulo fez o que fez pelo bem dos clientes da médium também. O espiritismo, para dizer a verdade real, não se importa em nada com a personalidade humana, mas tende a miná-la e conseqüentemente destruí-la. Ele pretende ser capaz de avisar sobre os perigos e desastres futuros, para que as pessoas possam, assim, tentar evitá-los, se possível. Mas tudo em vão, pois, quando o acidente, a doença e a morte vêm, como mais cedo ou mais tarde virão, o espiritismo ignora o amor e a fidelidade de Deus, o Criador que permite ao que crê exclamar triunfantemente: *“Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem*

os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Romanos 8:38-39).

Esse evangelho leva a pessoa a conhecer Deus como Pai amoroso, a experimentar sua salvação, cuidado e orientação. Desenvolve a confiança na sabedoria de suas providências detalhadas, mesmo quando ultrapassam a compreensão; revela a maravilha e a glória dos grandiosos e derradeiros propósitos de Deus para seu povo e assegura-lhes que ele irá fazer todos os detalhes intervenientes da vida trabalharem juntos para aquele bem final. O espiritismo não faz nada afinal para o desenvolvimento moral da personalidade humana; ao passo que a orientação do Espírito Santo está predominantemente voltada para o desenvolvimento do caráter moral da pessoa e para o crescimento em santidade.

O espiritismo, então, tenta alterar as condições fundamentais que um Criador amoroso deixou para a vida humana na terra, e, assim, perverte os princípios de base para o desenvolvimento de uma personalidade humana segura e madura. Oferece uma previsão do futuro, em vez da presente fé na sabedoria, no amor e na lealdade do Criador. E, sem a fé pessoal em Deus, seu Criador e Redentor, a personalidade humana irá, no fim das contas, desintegrar-se, se não nesta vida, então, na que está por vir.

Desde então, a fé em Deus através de Cristo é tão absolutamente indispensável que é necessário distinguir a fé tanto do espiritismo pagão ou das superstições subcristãs, quanto do exercício espiritual genuíno que é insuficiente em relação ao que o

evangelho cristão quer dizer por fé. E esse, na verdade, é o ponto de uma das últimas histórias que Lucas registra nessa seção de sua narrativa.

Após deixar a Europa, Paulo conseqüentemente passou algum tempo em Éfeso (Atos 19:1-7). Lá ele encontrou doze homens que foram discípulos do ilustre profeta João Batista, o precursor de Jesus. Portanto, esses homens não eram pagãos, mas, segundo sua própria confissão, eles nunca haviam recebido o Espírito Santo. E por que não? Porque, embora tivessem aprendido sobre a necessidade de arrependimento e indubitavelmente se arrependiam constantemente de um ou outro pecado em particular, eles jamais aprenderam o que significa crer no Senhor Jesus, crer no que ele diz, na sua palavra, e entrar em um relacionamento pessoal com ele. Ensinados por Paulo, eles, pela primeira vez em sua vida, creram no Senhor Jesus e receberam o Espírito Santo. E, para marcar o fato de que agora, somente agora, eles se tornaram cristãos no verdadeiro sentido da palavra, eles foram batizados no nome de Jesus.

O Espírito Santo, então, como dissemos, bane o medo do futuro, o medo assombante do fracasso, o pavor vazio da morte e do túmulo, e a desolação desesperançada da perda, que são as mesmas coisas que abrem as pessoas aos perigos de se consultar médiuns com sua orientação amoral, seus confortos enganosos e sua conseqüente dominação da personalidade humana. O Espírito Santo derrama o amor de Deus no coração daquele que crê e nas profundezas de sua personalidade (Romanos 5:1-11), fornecendo, assim, uma base segura tanto para a estabilidade presente como para o futuro progresso moral. E isso certamente

não é insulto à cultura de nenhuma nação.

11

Cristo entre os Filósofos

Nenhuma perturbação civil seguiu a pregação de Paulo sobre o evangelho cristão em Atenas, como ocorrera em outras partes. Os cidadãos da capital intelectual do mundo, os atenienses, como Lucas aponta (Atos 17:16-34), estavam interessados em investigar qualquer nova teoria que surgisse em seus caminhos. E assim, após alguns dias de pregação e discussões gerais na praça, Paulo foi convidado por filósofos estoicos e epicureus para fazer uso da palavra no Conselho de Areópagos.

E o que os filósofos pensavam do evangelho cristão? Não muito, de acordo com Lucas. Antes do discurso de Paulo, alguns deles já o haviam rejeitado com uma gíria ateniense desdenhosa; e, após isso, embora alguns estivessem interessados em ouvir mais, outros zombavam abertamente.

O registro de Lucas neste ponto, podemos pensar, é ao menos notoriamente honesto; mas, então, nem Lucas, nem Paulo jamais se sentiram tentados a

esconder o fato de que o evangelho era uma tolice para os gregos, especialmente para os filósofos gregos. Em seus escritos, Paulo anuncia o fato de que *“tanto os judeus pedem sinais, como os gregos buscam sabedoria; mas nós pregamos a Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gentios”* (1 Coríntios 1:22-23).

Isso não significa, é claro, que o evangelho cristão seja antirracional do modo como, por exemplo, o zen budismo reconhecidamente é. Paulo insta seus convertidos: *“na malícia, sim, sede crianças; quanto ao juízo, sede homens amadurecidos”* (1 Coríntios 14:20). Sua desaprovação da filosofia humana não era exatamente porque ela se baseava na lógica mais propriamente do que na fé. Paulo sabia tão bem como qualquer outra pessoa que tanto os filósofos como os cientistas têm de aceitar pela fé certos axiomas improváveis antes de poderem usar a lógica para erigir seus sistemas de pensamento sobre eles. Paulo criticou a filosofia humana porque ela era inadequada para a tarefa de levar as pessoas a um relacionamento pessoal vivo e amoroso com Deus: *“... o mundo não o conheceu”,* diz ele, *“por sua própria sabedoria”* (1 Coríntios 1:21).

A verdade disso está evidente em todo o nosso redor, e não é insulto à filosofia ou aos filósofos apontá-la. O mesmo continua verdadeiro em outros relacionamentos humanos também. No namoro e no casamento, por exemplo, a lógica filosófica pura normalmente não é o meio que o homem usa para ganhar a confiança e o amor de uma mulher e para induzi-la a se tornar sua esposa!

Não é o excesso de lógica que impede as pessoas de entrar em um relacionamento pessoal com Deus, mas

algo muito mais semelhante à ingratidão e ao orgulho. Toda a humanidade, diz a Bíblia, originalmente conhecia Deus, mas “*não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças*” (Romanos 1:18-21). Estar sob constante submissão para mostrar gratidão a um Criador Todo-Poderoso é admitir total dependência de um Outro, e muitas pessoas se ofendem com isso e o recusam. Essa é a fonte de sua alienação a Deus; e o pecado resultante compõe a dificuldade: pois a culpa que produz faz as pessoas instintivamente perceberem Deus como uma ameaça e um inimigo e aumenta a determinação delas de resistir à admissão de sua existência.

Para penetrar essa barreira de alienação, culpa, medo, inimizade, mal-entendido e desconfiança, Deus apresenta não uma filosofia, mas uma pessoa – e essa pessoa é o próprio Deus encarnado em forma humana, Jesus Cristo. Ele apresenta não uma teoria sobre moralidade, mas um evento histórico – a cruz de Cristo – demonstrando, com mais poder do que meras palavras teriam, o enorme resultado do pecado humano e da alienação a Deus. Ao mesmo tempo, ele revela, como nenhum argumento filosófico poderia, a realidade e a sinceridade do amor de Deus pelo homem, considerando que, enquanto ainda éramos pecadores, ímpios e inimigos de Deus, “*Cristo morreu por nós*” (Romanos 5:5-11). É pela cruz de Cristo que o coração do homem é alcançado, que todas as barreiras entre o homem e Deus são derrubadas, que o perdão e a reconciliação se fazem possíveis, e a esperança para o futuro é garantida.

Assim, alguns dos membros do Conselho do Areópago eram epicureus, outros, estoicos. Ambas

as filosofias eram tentativas nobres de formular um sentido para o universo, seus trabalhos físicos e o lugar do homem nele. Nenhum tencionava ser mera teoria acadêmica; ambas ofereciam conselhos práticos sobre o que o homem deveria visar como sua meta principal na vida e sobre como enfrentar as dores e os sofrimentos, os desastres e os males da vida. Mas, quando se tratava de eliminar o mal do mundo ou de qualquer esperança final para o indivíduo, nenhuma dessas filosofias tinha muito, caso tivesse, para oferecer.

Os epicureus fizeram do prazer o bem principal a ser visado na vida; não os prazeres mais vulgares, pois eles frequentemente envolvem turbulência emocional, dor e ressaca, mas prazer no sentido de tranquilidade livre de problemas. Eles, portanto, recomendavam o afastamento deliberado do envolvimento excessivo com a impetuosidade da vida. Essa filosofia, na verdade, produzia pessoas que, entre suas próprias sociedades epicureias, eram conhecidas por sua gentileza e lealdade; mas essa era uma filosofia que dificilmente um trabalhador comum, uma dona de casa ou uma pessoa de negócios pudessem praticar.

Na Física, os epicureus adotaram a teoria atômica dos filósofos anteriores, Leucipo e Demócrito, combinada com a doutrina da evolução, descuidada, sem propósito e sem criador; e, a partir dessas teorias, alguns deles, como o romano Lucrecio, desenvolveram sua maior paz de espírito. Aquelas teorias provavam, eles pensavam, que nenhuma parte do homem sobrevive à morte e que, portanto, todos os receios de julgamento e punição divinos após a morte são infundados e podem ser rejeitados.

Naturalmente, eles não pregavam o outro lado desse “evangelho” epicurista, a saber, que, se isso fosse verdade, significaria que milhões daqueles que, nas gerações passadas, sofreram e morreram sem obter justiça nesta vida, agora nunca a obteriam; e milhões que estavam sofrendo injustiças maiores e menores não possuiriam nenhuma esperança realista de algum dia obter justiça também. A esperança de justiça, então, era em grande parte uma miragem.

Os estoicos eram muito diferentes. Eles defendiam que no centro do universo e impregnando todas as suas partes estava a razão. Ela fora o agente ativo na criação e controlava tudo o que se seguiu. Eles se referiam a essa razão impessoal por muitos nomes – Natureza, Razão, Zeus, Deus – mas esse deus estoico não era o Criador transcendente, pessoal e amoroso proclamado pelo judaísmo e pelo cristianismo. Ele – ou melhor, isso – era tão parte da substância material do universo quanto qualquer coisa mais. Em outras palavras, os estoicos eram panteístas. Naturalmente, então, quando se trata da questão da eliminação do mal e da injustiça do mundo, eles não podem oferecer mais esperança do que os epicureus. Uma vez que, de acordo com eles, a razão estava no coração do universo e impregnava todas as suas partes, ordenava e controlava todos os seus acontecimentos, o mundo como é era, por definição, o melhor de todos os mundos possíveis.

Além disso, o único bem real na vida era a virtude, definida como viver e agir de acordo com a razão. Todas as outras coisas aparentemente boas eram questões de indiferença. Logo, se um homem sábio visse dois milhões de cambojanos prestes a serem massacrados pelo Khmer Vermelho, seria bom e virtuoso tentar

salvá-los. Mas, se, apesar de seus esforços, eles fossem massacrados, ele não se afligiria: seu esforço para salvá-los era racional, portanto, absolutamente bom; os dois milhões de vidas deles não eram um bem absoluto, mas simplesmente uma questão de indiferença. Sua própria sabedoria reside em aceitar, sem se afligir ou protestar, o que agora fora mostrado ser o destino e, portanto, o trabalho da razão universal.

À primeira vista, esse ensinamento estoico pode parecer o mesmo da doutrina cristã que *“todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus”* (Romanos 8:28) e que, portanto, nós podemos e devemos encontrar conforto ao nos submetermos à vontade de Deus todos os dias e em todas as circunstâncias. Na verdade, é bem diferente disso. O cristianismo não ensina que o mundo como existe é o melhor de todos os possíveis mundos. O “bem” para o qual todas as coisas cooperam não é o mundo presente como ele é, mas o “bem” prometido que, pela redenção divina, todo o que crê estará em conformidade, em corpo e em caráter, com Cristo ressurreto e glorificado e trazido a um mundo onde a retidão reina.

O estoicismo não possui tal esperança. Na verdade, os primeiros estoicos defendiam que todo o universo, sendo em sua própria parte e ação a expressão da razão universal, se incendiaria no tempo apropriado, e, então, se renovaria de modo exatamente igual a como era antes. Cada evento na história seria repetido em detalhes precisos. O mal, então, estava eternamente integrado ao sistema. Havia somente uma exceção: quando as circunstâncias tornavam impossível para um homem sábio viver virtuosamente de acordo com a razão, era-lhe permitido cometer suicídio!

Não há como negar que essa filosofia produzia caracteres nobres, fortes e de princípios; mas, no fim, era uma filosofia sem esperança. E o mesmo é válido para os equivalentes modernos dos epicureus (os evolucionistas ateus) e estoicos (os panteístas do hinduísmo e do movimento da Nova Era). O comentário de Paulo sobre o mundo gentílico em grande parte é especialmente aplicável a ambos os grupos: eles não estão apenas sem Deus (isto é, o Verdadeiro Deus); eles estão sem Cristo. Eles não têm nenhum senso de que Deus tem um plano secreto para a redenção da criação e da humanidade, um plano prometido e prefigurado na revelação de seu propósito pela nação de Israel, no Antigo Testamento, colocado em ação na história pelo nascimento, vida, morte, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo e programado para ser trazido à sua consumação na segunda vinda de Cristo. E, assim, estando “*sem Deus*” e “*sem Cristo*”, eles estão “*sem esperança*” (Efésios 2:12).

Naturalmente, havia verdades sobre Deus que os filósofos da época poderiam perceber, e algumas vezes percebiam, por meio de um raciocínio prévio. Tanto os estoicos como os epicureus concordariam em princípio com o ponto de Paulo que não se deve pensar que o Deus que criou o mundo e todas as coisas nele habita em templos feitos por mãos (Atos 17:24). Era uma das absurdidades do politeísmo antigo que o deus supremo, Zeus, tivesse seu próprio templo especial em Atenas, distinto dos templos de Apolo e do restante dos deuses.

Similarmente, o poeta grego Arato, ele próprio um estoico, escreveu – e Paulo citou isso no Conselho do Areópago – que nós, humanos, somos geração de Deus

(17:28-29). Portanto, era engano representar Deus por imagens mortas e impessoais de metal ou de pedra. Nós, humanos, somos pessoas; não é possível que o Poder onipotente que nos criou seja menos pessoal do que nós – embora essa seja a noção irracional que mesmo os ateus modernos são forçados a manter. E tanto os estoicos como os epicureus concordariam com Paulo que era evidente que um Criador Onipotente que concede às suas criaturas vida, fôlego e todas as coisas não seria servido pelas mãos dos homens como se necessitasse de algo (17:25). Infelizmente a noção tem persistido do paganismo até em algumas formas da cristandade, de que podemos comprar o perdão e a salvação de Deus pelos nossos feitos meritórios. Se toda a cunhagem no mundo pertence a Deus por definição, não temos nenhuma moeda para comprar qualquer coisa dele de qualquer modo! Assim como a própria vida física, a salvação deve ser uma dádiva.

Mas o que Deus fez, e ainda irá fazer pela redenção do mundo, nunca poderia ser deduzido por um raciocínio prévio dos princípios gerais. É a história da intervenção soberana de Deus na história, e Paulo resumiu a base do anúncio do evangelho de um mundo vindouro sem pecado, de paz e justiça, nestas famosas palavras:

“Deus... agora notifica aos homens que todos, em toda parte, se arrependam; porquanto estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio do homem que destinou e acreditou diante de todos, ressuscitando-o dentre os mortos” (Atos 17:30-31).

À menção da ressurreição dentre os mortos, Lucas nos conta, alguns, embora não todos, os filósofos

riram, assim como muitos cientistas hoje rirão da mera ideia da existência de Deus. Mas eles teriam feito melhor, como o teriam suas contrapartes modernas, pensando um pouco mais sobre as limitações de suas disciplinas filosóficas e científicas. Como o Professor Russel Stannard, até recentemente Vice-Presidente do Instituto Britânico de Física, escreveu: “Por todo seu valor [da Física moderna] como fonte de conhecimento, deve-se aceitar que, como uma estrutura explanatória, seu escopo possui limitações. Há realidades, tais como a consciência, que residem fora de seu domínio. Há perguntas do tipo “por que”... que a Física é impotente para abordar... é impossível levar a sério a afirmação de que a ciência tem, ou um dia terá, todas as respostas. Em particular, é absurdo para qualquer um afirmar que ‘a ciência desmentiu a existência de Deus’. Isso ela nunca poderia fazer.”

12

Cristianismo e o Direito do Livre Discurso

Na opinião de muitos, a religião é evidentemente algo ruim. Ela causou e ainda causa infindáveis disputas e derramamentos de sangue e, portanto, merece ser rejeitada. Mas, se é assim, a lógica demandaria a rejeição da política também! Porque, se a religião matou seus milhares, a política matou seus dez milhares. Entretanto, ninguém discute seriamente que o pensamento político deve, por essa razão, ser abandonado e a atividade política, proibida!

O problema reside, dizem outros, não nas religiões em geral, mas nas religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Sua convicção de que seu Deus é o único Deus Verdadeiro e que sua religião é o único caminho para ele os encheu de zelo missionário para forçar sua fé a outras pessoas, salvando suas almas, se necessário, ao custo da destruição de seus corpos. As ideologias totalitárias, eles admitem, encontram-se condenadas pela mesma razão. Elas também conduziram as pessoas com um zelo missionário similar

a exportar seus sistemas políticos ao redor de todo o mundo e a compelir outras nações a aceitar seu credo e praticar ao custo de incontável sofrimento humano. Os politeístas, ao contrário, assim continuam os argumentos, estão pacificamente preparados a deixar as pessoas acreditarem em quais deuses quiserem e nunca sonhariam em forçar sua preferências pelos deuses a ninguém mais. Similarmente, as democracias liberais estão preparadas para deixar cada nação adotar qualquer credo político – ou religioso, no que diz respeito ao assunto – que quisesse sem interferência externa.

Se é assim, o cristianismo, que é monoteísta e se encheu de zelo missionário desde seu nascimento, tem muitas explicações a dar. Mas isso não é novidade. Quando Lucas se sentou para escrever sua história da difusão do evangelho cristão, ele não poderia ignorar o fato de que, em muitos lugares – Filipos, Tessalônica, Bereia, Corinto, Éfeso, Jerusalém – a pregação de Paulo fora seguida de inquietação civil, tanto que a questão finalmente chegou à atenção não apenas dos magistrados locais, como também dos governadores provinciais romanos, do rei Agripa e do próprio Imperador Nero.

Naturalmente, era infinitamente mais fácil para Lucas responder pela pregação e pelo comportamento dos apóstolos e evangelistas cristãos do primeiro século d.C. do que seria se qualquer pessoa hoje tentasse defender o comportamento claramente indefensável pelo qual a cristandade posterior foi culpada de tempos em tempos. No primeiro século, os cristãos obedeceram à proibição de Cristo sobre o uso da espada ou para promover o cristianismo, ou

para defendê-lo. Em nenhuma parte de Atos inteiro, Lucas registrou que os cristãos iniciaram qualquer um dos tumultos ou que contestaram contra aqueles que frequentemente os atacavam e perseguiram.

Além disso, como o escrivão da cidade de Éfeso observou, os primeiros cristãos também não saíram por aí profanando os templos e lugares sagrados das religiões das outras pessoas (19:35-37). Embora Paulo acreditasse, e em seus ensinamentos públicos teria afirmado, que os deuses pagãos não eram deuses verdadeiros, ele não, de acordo com o mesmo escrivão, censurou os deuses pagãos com linguagem abusiva e intemperada, calculada para inflamar as sensibilidades pagãs.

Em Jerusalém, para tomar outro dos exemplos de Lucas, a entrada de gentios nos pátios sagrados do templo era considerada profanação e estava estritamente proibida, não apenas pelos judeus, mas pelos romanos, que desejavam evitar os tumultos que qualquer quebra dessa proibição poderia provocar. Assim, Paulo, como um cristão, acreditava que o templo em Jerusalém rapidamente estava se tornando obsoleto. A parede de separação que estava no meio (Efésios 2:14), que separava os gentios dos judeus no templo, não tinha lugar no evangelho cristão. Nas igrejas cristãs que Paulo estabeleceu, os judeus e os gentios que criam se misturavam livremente em termos iguais, sem separação de qualquer tipo entre eles, ou entres eles e Deus.

Apesar disso, quando Paulo visitou o templo em Jerusalém pela última vez, ele respeitou completamente seus preceitos e seus regulamentos, embora fossem

obsoletos. Ele não fez nenhuma tentativa de introduzir gentios cristãos no templo ou de impor as crenças e as práticas cristãs ao sistema religioso judaico agora antiquado.

No entanto, Lucas explica, ele fora acusado de levar gentios ao templo de qualquer forma. Isso causou um tumulto, e é por esse motivo que ele foi preso pelas autoridades romanas. Mas a acusação era falsa e nunca foi confirmada, como Lucas esmeradamente torna claro (Atos 21:27-36; 24:1-21; 25:7-8).

Nos séculos posteriores, infelizmente, a cristandade se comportou de forma muito diferente. Com superstição pagã e completa negligência à proibição de Cristo, enviou tropas em cruzadas e matou milhares de turcos para recapturar os chamados lugares sagrados. Porém, matar os inimigos de Cristo é uma corrupção evidente e indefensável do evangelho, que proclama que Cristo morreu por seus inimigos, para que eles *não* perecessem (Romanos 5:10).

Sim, alguém irá dizer, mas, embora os primeiros cristãos possam não ter investido fisicamente contra pessoas de outras fés, eles insistiam em pregar que seu Deus era o único Deus Verdadeiro e Jesus, o único Salvador, a pessoas que, eles deveriam saber, seriam profundamente ofendidas. Os cristãos, portanto, devem ser culpados pelas respostas violentas que seu zelo missionário provocou. Por que eles não podiam manter suas crenças para si mesmos?

Isso levanta questões de longo alcance. O antigo filósofo grego, Anaxágoras, foi levado a julgamento, na Atenas dos dias de Péricles, por ensinar que o Sol e a Lua não eram deuses. Deveria ele, então, ter

mantido silêncio sobre a verdade para não perturbar os atenienses? Castigaremos Galileu por proclamar sua crença de que a Terra gira em torno do Sol, quando ele devia saber a ofensa e o alvoroço que isso causaria? Não devemos mais propriamente admirá-lo?

O direito do livre discurso é uma planta frágil, ainda frequentemente esmagada por tiranias políticas e religiosas, pois seu poder depende do estabelecimento, nas mentes das pessoas, da ideia que suas doutrinas são as únicas seguras ou legítimas para considerar. Elas devem, portanto, evitar, se possível, que as pessoas escutem até mesmo o ponto de vista da minoria.

Além disso, trata-se de uma fraqueza humana frequentemente observada que um movimento, enquanto ainda uma minoria, irá clamar pelo direito do livre discurso e protestar contra sua remoção; mas, quando o mesmo movimento se torna o movimento majoritário, ele irá, por sua vez, procurar suprimir todos os outros movimentos minoritários.

Isso aconteceu com a cristandade. O direito de evangelizar livremente, que os apóstolos e os primeiros cristãos defendiam a grande custo pessoal e sacrifício, foi negado aos outros pela cristandade, quando ela conseqüentemente uniu forças com o Estado e se tornou a religião estabelecida. É, certamente, pelo crédito da verdade e do cristianismo original, e não para sua vergonha, que sempre esteve com aqueles que insistiam no direito e dever universal de proclamar, com toda a cortesia devida, o que se acredita ser a verdade, e o direito de, pacificamente, persuadir os outros daquela fé.

Havia, naturalmente, uma área em que o evangelho

cristão estava facilmente aberto a ser deturpado. Ele proclamara Jesus como Rei, ou, para colocar em termos judeus, como o Messias de Deus (o Ungido). Era fácil, portanto, para os inimigos dos cristãos dizerem que isso era pretendido em um sentido político e era, por essa razão, traição contra o César reinante.

Lucas cita um exemplo (17:1-9). Em Tessalônica, os judeus acusaram os cristãos diante dos magistrados locais de agirem “*contra os decretos de César, afirmando ser Jesus outro rei*”. A acusação era insincera, porque, mesmo em Israel, havia indivíduos e partidos que interpretavam a promessa do Antigo Testamento de um Messias enviado por Deus em termos políticos e, de tempos em tempos, levantavam candidatos para esse papel, os quais, eles esperavam, expulsariam os odiosos imperialistas romanos da Palestina pela força das armas e restaurariam Israel à sua independência política. Foi esse tipo de expectativa que, conseqüentemente, levou às revoltas judaicas de 66-70 e 130-133 d.C.

Assim, as primeiras igrejas cristãs não acreditavam em tal probabilidade nem a pregavam. Quando, no tempo de vida de Jesus, as multidões vieram para torná-lo rei pela força, Jesus se retirou. Em seu julgamento diante Pilatos, o governador romano, ele deixou abundantemente claro que seu reino não era político, para ser protegido e promovido pela força das armas. Era um reino espiritual a ser propagado pela pregação da verdade de Deus. E, quando, apesar disso, o Sumo Sacerdote judeu tentara convencer Pilatos de que Jesus era, de fato, um ativista político, tanto Pilatos como Herodes deram como seus vereditos que nada disso era verdade (Evangelho de Lucas 23:1-25).

Similarmente, quando Paulo foi acusado diante dos tribunais romanos de atividade política subversiva, tanto Gálio, governador romano de Corinto, quanto o governador Festo e o rei Agripa em Cesareia, após completa investigação, declararam Paulo completamente inocente de tal acusação (Atos 18:12-17; 26:31-32).

Lucas, por sua parte, torna claro o que o cristianismo quer dizer proclamando Jesus como Rei (17:1-3). O programa que o Antigo Testamento revelou para o Messias prometido, longe de afirmar que o Messias se estabelecerá como um rival político para os outros governantes da Terra, profetizou que ele sofreria, morreria e, então, ressuscitaria dos mortos e ascenderia aos céus. Esse era o programa que, de acordo com Paulo, Jesus cumprira. Quando ele vier novamente para estabelecer seu reino na Terra, não será como um político meramente humano disputando com outros políticos por um compartilhamento do governo da Terra, mas como o Senhor e Criador da humanidade vindo com o direito divino de julgar o mundo e levar sua criação ao próximo estágio de seu desenvolvimento.

Infelizmente, a cristandade mostrou uma tendência marcante de esquecer essas distinções e de praticar a identificação do evangelho cristão com este ou aquele sistema político: no quarto século, com o imperialismo romano; na Idade Média, com o feudalismo e a monarquia absolutista e o direito divino dos reis; nos tempos mais recentes, com a democracia liberal; e ainda mais recentemente, com uma forma cristianizada de marxismo, chamada de Teologia da Libertação. E o preconceito contra o evangelho cristão que esse hábito criou nas mentes das pessoas e nações que preferiram

outros sistemas políticos legítimos foi lamentável, de fato.

Há, então, uma necessidade urgente de se retornar além dos séculos intervenientes às palavras de autoridade do próprio Cristo.

“O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui.”

“Logo, tu és rei?” disse Pilatos.

Respondeu Jesus: “Tu dizes que sou rei. Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz.”
(João 18:36-37)

Qual, então, foi a verdade que Paulo proclamou quando percorreu o império romano pregando o reino de Deus (20:24-25)? Podemos, talvez, não encontrar melhor sumário disso do que aquele que Lucas nos deu ao registrar a apresentação de Paulo diante do rei Agripa e do governador romano Festo (Atos 26). Após passar por muitas audiências judiciais, Paulo conseqüentemente foi obrigado pelas intrigas de seus acusadores a apelar ao imperador Nero. Em parte, então, para ser capaz de enviar um relatório completo sobre Paulo ao imperador e, em parte, para satisfazer o interesse genuíno do rei Agripa, Festo providenciou uma audição na qual Paulo desse um relato de si mesmo e de suas crenças, sabendo que o que ele dissera bem poderia alcançar os ouvidos do imperador e formar a base de seu julgamento. Seu discurso se tornou um dos grandes discursos da história, pois, pensemos o que quisermos de Paulo, sua influência no mundo foi

imensa.

Ele começou recontando sua antiga vida e seu treinamento religioso, e, em seguida, o que motivava sua amarga perseguição aos primeiros cristãos. *“Eu também estava convencido”*, ele explicou, *“de que deveria fazer todo o possível para me opor ao nome de Jesus, o Nazareno”*. Percebemos que não para opor-se ao cristianismo como uma religião tanto como para opor-se a Jesus Cristo pessoalmente. Jesus estava, pelo que Paulo acreditava na época, morto. Mas, quanto mais ele perseguia os cristãos para erradicar suas crenças, mais ele descobria que não era a um conjunto de crenças religiosas que ele estava atacando, ainda menos à prática de um sistema de rituais religiosos, mas à pessoa de Jesus. Os cristãos afirmavam que ele estava vivo e que, de alguma forma, estavam em contato com ele pessoalmente.

Para Paulo, aquilo era um contrassenso absoluto; mas, conforme as vítimas de sua perseguição sofriam suas torturas, Paulo mesmo podia ver que não era apenas um conjunto de crenças religiosas que os sustentava, mas a realidade, para eles, da presença do Senhor Jesus vivo com eles. Para erradicar o cristianismo, ele teria de erradicar esse Jesus. A frustração disso o enfurecia, incitando-o a esforços ainda mais ardorosos, até o dia em que o Senhor ressurreto o encontrou e lhe disse: *“Saulo, Saulo, por que me persegues? Dura coisa é recalcitrares contra os agulhões!”*

Por que ele não vira isso antes? Uma resposta superficial seria que ele não havia experienciado essa visão sobrenatural de uma luz maior que resplandecência do Sol antes. Mas, neste caso, poucas

de suas vítimas, caso alguma, já tiveram semelhante visão sobrenatural; contudo, mesmo sem ela, elas haviam visto, com uma claridade e convicção internas que traziam mais segurança e certeza de que a visão física jamais poderia, que Jesus Cristo estava vivo e disponível à sua fé e comunhão pessoais.

Por que Paulo não vira isso antes? Não fora por falta de inteligência (ele provou ser uma das mentes principais da história). Não fora por falta de zelo religioso. O que era, então?

A verdade da questão é, disse Paulo a Agripa (26:18), que o olho interno dos corações das pessoas está cego, não meramente por sua própria independência arrogante de Deus, seu egoísmo e pecado – embora todas essas coisas tenham dado sua contribuição –, mas por um poder espiritual sobre-humano, cujo trabalho maligno tem sido cegar os homens para a realidade de Deus e de seu amor e inspirar neles a mesma oposição irracional e basicamente satânica a Deus, que motiva seu próprio espírito caprichoso. *“O deus deste século [o próprio Satanás]”,* como Paulo escreveu em outro lugar (2 Coríntios 4:4), *“cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus”*. Um homem pode ter uma visão física perfeita, mas, se uma neblina vier entre ele e o Sol, ele não verá o Sol.

Mas há um dissipador de névoas, e Paulo o viu trabalhar nas pessoas mais de mil vezes. Era o evangelho que o Cristo ressurreto o encarregou de pregar ao mundo como um todo, *“para abrir-lhes os olhos e convertê-los das trevas para a luz e da potestade de Satanás para Deus, a fim de que recebam o perdão dos*

pecados e herança entre os que são santificados pela fé em mim" (26:18).

Com poderosa confiança, Paulo recomendou esse evangelho ao próprio rei Agripa. Mas, naquele ponto do processo, o governador Festo gritou na sala do tribunal: *"Estas louco, Paulo! As muitas letras te fazem delirar"* (26:24). É extraordinário o quão irracional pode ser a reação de algumas pessoas ao evangelho. Antes da conversão de Paulo, ele era um perseguidor fanático do tipo mais amargo. Mas as pessoas não o chamavam de louco por isso mais do que as pessoas chamam Stalin de louco por enviar milhões à morte, porque discordavam de suas orientações políticas e declaravam o direito do livre discurso de dizê-lo. Mas, quando a crença no evangelho transformou Paulo em um pregador do amor de Deus, que jamais perseguiu ninguém novamente e cujos escritos subsequentemente trouxeram paz com Deus a milhões, Festo o chamou de louco. Se Paulo realmente estivesse insano, nós talvez devêssemos orar: Deus, dê-nos mais insanidade! Ou ainda melhor, devemos nos voltar a Jesus Cristo e orar, como miríades de pessoas espiritualmente cegas já rogaram com sucesso: *"Senhor, que eu tenha vista"*.

Estudo Adicional

Se você está interessado em examinar mais a mensagem da Bíblia por si só, as seguintes citações devem ser úteis em seu estudo:

João 1:9-12. *Ali estava a luz verdadeira, que ilumina a todo o homem que vem ao mundo. Estava no mundo, e o mundo foi feito por ele, e o mundo não o reconheceu. Veio para o que era seu, e os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que creem no seu nome.*

João 3:16-21. *Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem crê nele não é condenado; mas quem não crê já está condenado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus. E a condenação é esta: Que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz, porque as suas obras eram más. Porque todo aquele que faz o mal odeia a luz, e não*

vem para a luz, para que as suas obras não sejam reprovadas. Mas quem pratica a verdade vem para a luz, a fim de que as suas obras sejam manifestas, porque são feitas em Deus.



